



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV — Nº 26

SABADO, 31 DE MARÇO DE 1990

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu Nelson Carneiro, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1990

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo e emitir um total de 4.500.000.00 de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, em substituição de igual número de títulos emitidos a título de antecipação da receita.

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo autorizado, nos termos do art. 9º da Resolução nº 94, de 1989, do Senado Federal, a emitir, mediante registro no Banco Central do Brasil, um total de 4.500.000.000 (quatro milhões e quinhentos milhões) de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTP), equivalentes, na data da solicitação, ao montante de NCz\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzados novos), em substituição a igual quantidade de títulos emitidos no início do corrente ano com vistas à antecipação da receita orçamentária, que serão extintos, visando ao equacionamento das receitas estaduais destinadas ao financiamento de projetos de investimentos na área de transportes e ao alongamento do perfil da dívida fundada daquela unidade da federação.

Parágrafo único. A emissão e a colocação dos títulos a que se refere este artigo será efetuada com observância às seguintes condições básicas:

- a) valor nominal unitário: NCz\$ 1,00 (um cruzado novo), em 15 de janeiro de 1990;
- b) modalidade: nominativa — transferível;
- c) prazo de resgate dos títulos: cinco anos;
- d) forma de colocação; através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 1979, do Banco Central do Brasil — BACEN;
- e) rendimentos: similar à aplicada aos títulos federais da espécie (mesma taxa referencial);
- f) colocação dos títulos: a partir de março de 1990,
- g) vencimento dos títulos: 15 de janeiro de 1995.

Art. 2º A presente autorização será exercida até 30 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de março de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04

Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem. 2.200-exemplares.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1990

Autoriza a Prefeitura Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 3.820.371,00 (três milhões, oitocentos e vinte mil, trezentos e setenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 52, inciso VI da Constituição, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzeiros, a 3.239.250 Bônus do Tesouro Nacional — BTN, junto à Caixa Econômica Federal, neste ato representada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, destinada à aplicação em pavimentação, contenção de encostas, galerias de águas pluviais, centro de saúde, mercado central de produção rural e rede esgotos sanitários, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de março de 1990 — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 30ª SESSÃO, EM 30 DE MARÇO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO ROLLEM-BERG — Necessidade de uma política de migração para o País.

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA — Venda de crianças brasileiras para o exterior, com a finalidade de transplante de órgãos e utilização em laboratórios clandestinos, como cobaias.

SENADOR AMURO BENEVIDES — Situação dramática de flagelados cearenses, em face da nova ameaça de seca.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 56/89 (nº 53/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 139, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos. **Discussão encerrada**, após parecer da comissão competente, ficando a votação adiada nos termos regimentais.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MÁRIO MAIA — Falta de uma política de reforma agrária no País. Cesta básica a ser distribuída pelo Governo federal. Artigos do *Jornal do Brasil* de hoje, intitulados "Trapalhadas no Planalto" e "Interbrás fecha negócios depois de sua extinção". Aspectos do plano econômico do Governo.

SENADOR JAMIL HADDAD como Líder — Plano Brasil Novo.

SENADOR NEY MARANHÃO — Congratulando-se com o Dr. Luiz Aranha, Secretário de Assuntos Energéticos, pelas providências adotadas para o pagamento do funcionários da Chesf.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Atuação do Deputado Carlos Sant'Anna à frente do Ministério da Educação, no Governo Sarney.

1.3.2 — Comunicações da Presidência

— Término do prazo para interposição de recurso no sentido de inclusão em Ordem do Dia dos seguintes projetos de lei, apreciados conclusivamente pela Comissão de Educação:

— Projeto de Lei do Senado nº 223/89, que dispõe sobre a inclusão das creches e estabelecimentos similares no Programa Educacional Brasileiro. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 229/89, que dá nova redação ao art. 125 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito). À Câmara dos Deputados.

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 52/89.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. João Menezes proferido na sessão de 27-3-90

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 32 a 36/90.

4 — PORTARIA DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

— Nº 3/90.

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nº 5/90.

6 — ATAS DE COMISSÃO

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA

12ª SESSÃO, REALIZADA EM 8-3-90

Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN II — de 9-3-90, na página 580, 1ª coluna, no item 1.2.7 — **Requerimento**,

Onde se lê:

Nº 23/30, de urgência para o Projeto de Resolução nº 2/90,...

Leia-se:

Nº 23/90, de urgência para o Projeto de Resolução nº 2/90,...

Ata da 30ª Sessão, em 30 de março de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

*Presidência do Srs. Nelson Carneiro, Alexandre Costa,
Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya*

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Pompeu de Sousa — José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores, Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG

(PMDB—SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por dezesseis anos exercemos o mandato de Deputado Federal e, naquela Casa vizinha, muitas vezes levantei a minha voz na defesa deste povo nordestino sofredor, que passava a vida naquilo que eu chamava, por lá, na deambulação da miséria. Por isso, eu defendia, naquela Casa, que o Brasil tivesse uma política de migração. Defendia, Sr. Presidente, um programa de paternidade responsável. Defendia, Sr. Presidente, a interiorização das ações básicas de saúde, de educação e de tudo o mais que fosse capaz de man-

ter o homem na sua terra, no seu rincão de origem, no local de seu nascimento.

E eu defendia isso, porque tinha uma visão que não era só minha, não era a visão do meu dia-a-dia de homem do Nordeste, mas a visão de tantos como Graciliano Ramos, que começa assim um dos capítulos de "Vidas Secas":

"Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos... A fome apertara demais os retirantes."
"Vidas Secas" — Graciliano Ramos.

Há mais de três décadas, o País vivencia esse fenômeno perturbador e inquietante, a migração de sua gente, principalmente do Nordeste em direção ao Sul, sobre a qual, com palavras candentes, Graciliano Ramos escreveu magistralmente em "Vidas Secas", e outro genial artista brasileiro, o pintor Portinari, retratou em seu quadro, não menos famoso, "Os Retirantes".

Quarenta milhões de brasileiros, que as estatísticas apontam como migrantes, os mais carentes da população, participaram e participam desse movimento que se desloca por todo o espaço nacional e que acarretou as mais profundas transformações estruturais, na nossa economia e em nosso perfil social.

Nem assim o fenômeno conseguiu sensibilizar as autoridades governamentais, no sentido de se formular, como deveria, uma efetiva política migratória nacional, capaz de equacionar, em bases consistentes, essa delicada questão, considerando-se aí, entre outros en-

foques, os impactos negativos para os migrantes e para as regiões receptoras.

Segundo Manoel Augusto Costa, técnico do Ipea, "há consenso de que existe algo indesejável no atual padrão migratório no Brasil".

Nos anos 70, é verdade, ensaiou-se uma política migratória, através do "Programa Nacional de Migrações Internas", do Ministério do Interior, depois rebatizado de "Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas", que previa "ações de tipo estrutural e conjuntural", com a "racionalização de processo de distribuição espacial da população, explicitando e articulando as alternativas de ocupação territorial, com a compatibilização das ações programáticas, de distintos níveis, voltados para a solução de problemas econômicos e sociais, que afetem o fenômeno migratório, e a redução das dificuldades enfrentadas pelos migrantes".

Numa linguagem rebuscada, sem dúvida interessante, um economista primoroso, mas que não resolveu coisa alguma.

No campo da ação, o Programa estabelecia a prestação de serviços de assistência ao migrante, através dos Cetremis — Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes, consistindo em albergamento, alimentação, documentação, tratamento de saúde, treinamento, encaminhamento para emprego e concessão de passagens, visando a reduzir o custo social da chegada do migrante.

Tudo isso não passou, entretanto, de enunciados de prático mesmo, que se conhece,

esses centros de triagem só providenciam passagens de volta para os migrantes.

Mas, preocupados com a magnitude e importância do problema, entendemos que é chegada a hora de pôr em prática uma política migratória eficaz, para tentar equacioná-lo adequadamente. A Nação — principalmente seus poderes constituídos — não pode assistir indiferente, como um simples espectador, ao drama cotidiano e pungente do migrante e ao elevado custo social que as leva migratórias trazem para os habitantes das áreas receptoras e para a sociedade em geral.

E acrescentaria que Brasília é um exemplo completo, perfeito.

Mas, por outro lado, não podemos só negar os efeitos do fluxo migratório. Ele, de certa maneira, contribui também para o desenvolvimento do País, no que diz respeito à força de trabalho. Cerca de 85% do Produto Interno Bruto é produzido nos grandes centros urbanos, vale dizer, nas regiões metropolitanas, para onde exatamente se conduzem as correntes migratórias. A disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata do migrante alimenta o processo produtivo, contribuindo assim para o crescimento econômico nacional. Em outras palavras: a migração abastece o estoque de reposição da força de trabalho.

Todavia, não se faz o desenvolvimento, dentro de uma perspectiva social e humana, com o sacrifício do próprio homem. Este é um ponto básico, que não podemos ignorar.

A migração interna é um fenômeno que reflete as mudanças econômicas e sociais da sociedade. É um processo social resultante dessas transformações que causam o deslocamento horizontal de pessoas, deixando o seu local de nascimento para se fixar noutro. A migração pode ser de sentido rural-urbano e de pequenas e médias comunidades para os centros metropolitanos.

Os fluxos migratórios para as áreas urbanas enquadraram-se no processo de mobilidade social da população e suas causas são de natureza econômica e psicossocial. As populações se deslocam da zona rural em face da pobreza e ausência de perspectiva de melhores condições de vida, devido à mecanização da lavoura, que gera desemprego ou subemprego, e em busca de ascensão social nas cidades.

No nosso País, Srs. Senadores, a migração está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico, que reproduz as mudanças profundas por que passou o Brasil, a partir do término da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, dos anos 50, com a intensificação do processo de industrialização do Governo Kubitschek.

Na verdade, a industrialização brasileira começara bem antes, embora de forma incipiente, após a proclamação da República, com as condições criadas pela abolição da escravidão que liberou o elemento servil para o mercado de trabalho livre —, a entrada no País de qualificados migrantes europeus, e, ainda, a transferência de capitais da cafeicultura para as atividades industriais nas cidades. Recebeu, durante a Primeira Guerra

Mundial, acentuado impulso, em face das naturais dificuldades de importação, por causa deste conflito.

Experimentou significativo surto, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, com Vargas, que dotou o País de infra-estrutura com indústrias de base, como siderurgia, com Volta Redonda, Mannesmann, Belgo-Mineira, Cosipa, Acesita, Petrobrás, Eletrobrás, etc.

A acumulação de capital, em espaços diferenciados de forma desigual, causa desequilíbrios regionais, ocasionando a mobilidade espacial da população, ou seja, a necessidade de as pessoas se deslocarem, tendo em vista a distribuição das atividades econômicas.

Assim, os grandes desníveis econômicos e sociais das diferentes regiões do País se revelam na distribuição de sua população, que se concentra, maciçamente, nos grandes centros urbanos. A concentração das atividades econômicas, vale dizer, a industrialização, preferencialmente na Região Sudeste, e a migração são responsáveis pela nossa acelerada urbanização e metropolização das últimas décadas. Dados dos censos demográficos do IBGE de 1940 a 1980 indicam essa explosiva hiperurbanização.

Em 1940, 12 milhões (números redondos) de pessoas viviam nas cidades e 28 milhões no campo. Em 1980, a situação se inverte completamente: 80 milhões habitam as cidades e 38 milhões o campo, inclusive tendo decrescido a população rural na década de 70.

E a urbanização, sabemos, cria sérios e graves problemas urbanos, levando-se em conta os seus elevados custos sociais e econômicos, demanda de serviços de infra-estrutura urbana e administrativa, tensões sociais, marginalidade, má qualidade de vida.

Como as condições econômicas da maioria das regiões brasileiras não suportam a absorção desse fluxo rural-urbano, ele se dirige para o Centro-Sul, o mais desenvolvido, ou seja, para o Rio e São Paulo.

O próprio Prefeito de cidade de São Paulo, em certa ocasião, quis proibir, pura e, simplesmente, a entrada de imigrantes nordestinos naquela Capital, alegando a impossibilidade da sua absorção naquele Estado e, de maneira especial, na Capital.

E, observe-se, se o processo de desenvolvimento brasileiro não se modificar, as migrações internas se intensificarão, a curto e longo prazo.

É certo que, no passado, embora em menor escala do que agora, já se registraram importantes movimentos migratórios no Brasil, a começar com os dos ciclos da economia, como o do açúcar, no Nordeste, no início de nossa colonização (1500-1700); o do ouro, em Minas Gerais, no século XVIII; o do café, em São Paulo, no século passado, onde mineiros e nordestinos, estes últimos, "principalmente da Bahia e de Sergipe... liberados pela crise da cultura canavieira, causada pela concorrência do açúcar de beterraba nos mercados europeus", vieram trabalhar nos cafe-

zais paulistas. Ocorreram ainda correntes migratórias durante o ciclo da borracha, na Amazônia, até 1910, o do Paraná, a partir de 1930, e o da "Marcha para o Oeste", de 1940, sob o impulso do Governo Vargas. Nos períodos de estagnação desses ciclos, a população inicialmente dedicava-se às atividades de subsistência, emigrando depois para outra região mais promissora economicamente.

Mas todos esses deslocamentos populacionais, pelas suas peculiaridades e dimensões, não trouxeram maiores ônus e transtornos aos migrantes ou às comunidades de destino, ao contrário da migração atual.

Examinemos agora, Srs. Senadores, as duas pontas do laço desse processo migratório; de um lado, o Nordeste, como área emissora, e, de outro, o Centro-Sul, como receptora. O Sudeste, praticamente, já completou a sua estratificação populacional, com a estabilidade das taxas de fecundidade e mortalidade, comparável nesse campo às nações desenvolvidas, com uma população predominantemente urbana, 82,33%, e escassa concentração rural, conforme. Censo Demográfico de 1980 do IBGE. Em termos de Brasil, aquele Censo registrou uma taxa de urbanização de 67,28%, e, para 1990, uma estimativa de 72,17%, ou seja, dois terços da população.

E como urbanização e industrialização seguem curso paralelo, não é difícil explicar o fluxo migratório do Nordeste descapitalizado e rural para o Sudeste urbano e industrializado.

Ademais, como diz a socióloga Eunice Durhan, "a industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores e a adoção de novos padrões de comportamento".

Porque o Nordeste, apesar de suas três grandes metrópoles, Recife, Salvador e Fortaleza, caracteriza-se ainda como região de densidade demográfica rural e de pequenas comunidades do interior. Enquanto a industrialização em São Paulo e Rio de Janeiro, consubstanciada na política de substituição de importações, atingia índices de 66,4% em 1965, os outros Estados, todos, ficaram com apenas 33,6%. Por outro lado, a política governamental se matinha insensível, às necessidades de desenvolvimento do Nordeste, através de mecanismos de política cambial e restrição de importações. Além do mais, ocorreu a deterioração dos preços de produtos primários nordestinos, base de sua economia, como o açúcar e o algodão, em face da reativação da cultura canavieira paulista e do incremento também da plantação de algodão, fechando, assim, o mercado centro-sulino para aqueles dois produtos básicos.

Na verdade, a política governamental restringia-se, em relação ao Nordeste, a uma ação assistencialista e filantrópica, presente apenas por ocasião das secas periódicas, como o fora no passado a diretriz de se construir açudes e barragens, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

(DNOCS), e, a partir de fins da década de 50, da Sudene, com a função de coordenar o desenvolvimento regional, dirigido para a industrialização, mas concentrando-se esta nas capitais do Estado mais ricos: Bahia, Pernambuco e Ceará. Ora, tal política agravou os desníveis sociais — emprego, distribuição de renda, educação e saúde — entre as capitais e o interior, provocando um novo surto migratório estadual, do campo para a cidade.

No setor agrário, a Sudene programou a implantação de projetos agropecuários, mas 68,46% do total desses projetos privilegiavam a pecuária bovina, atividade caracteristicamente fortalecedora do poder econômico dos grandes latifundiários e de escassa absorção de mão-de-obra.

Assim, Srs. Senadores, o latifúndio está ali, presente, dominante nesta arcaica e injusta estrutura fundiária brasileira, mais ainda a nordestina, que expulsa o homem do campo. O êxodo rural, entre 1970 e 1980, afastou do campo 16 milhões de pessoas, que foram "inchar" as periferias das regiões metropolitanas, gerando as mais angustiantes questões sociais.

A partir de 1960, o processo concentrador de terras se intensifica no Brasil e, já em 1975, 1% do estabelecimentos retêm 43% das terras; 90% dos estabelecimentos detêm somente 21% das terras, segundo o Incra. E o Nordeste, como vimos, é predominantemente rural.

Do total de terras aproveitáveis, 77% são de latifúndios, em mãos de apenas 22% dos proprietários; os munifúndios possuem 12% das terras, representando, no entanto, 70,4% das propriedades.

Não é de se admirar, pois, que, nessas condições nove milhões de famílias sem terra subsistem miseravelmente na zona rural.

Não bastasse tudo isso, que representou e representa miséria e desesperança, devem ser ainda referidas e lembradas as seguidas e inclementes secas que assolaram o Nordeste em 1951, 1953 e 1958. Qual outra solução diante desse quadro desolador, senão migrar? Assim, nas décadas de 50, 60 e 70, milhões de nordestinos, nos chamados "pauses-de-arara", migraram para o Sul do País, na fuga da miséria e na busca de melhores dias. Vinham atraídos pelas "luzes da cidade", emprego, salários dignos, escolas para seus filhos, hospitais, previdência Social, moradia decente. Como sempre, a preponderância dos fatores emprego, renda e serviços públicos, na motivação dos migrantes.

Safam de sua terra natal pela repulsa ao seu meio social, revelador da miséria crônica de sua existência, em decorrência do latifúndio, que os esmaga, razão maior da má distribuição de renda. Sob o domínio e pressão do latifúndio, operam-se mudanças importantes, nas relações de trabalho e de vida no campo. Cada vez mais extinguem-se as categorias de meeiros, colonos, pequenos agricultores, arrendatários, que antes gozavam ainda de certas vantagens, que lhes permitiam a sobrevivência. Aos poucos, vêm-se

transformados em simples trabalhadores braçais, os "bóias-frias", com baixos salários para tentar subsistir. E já não têm mais um pedaço de terra, ao redor de sua casa, para plantar o que comer, porque o latifúndio já trocou a cultura de subsistência, como feijão, arroz, milho e mandioca, pela cultura de exportação, cana-de-açúcar, laranja, soja, ou, então, pratica a pecuária bovina.

É assim que o migrante nordestino empreende a sua esperançosa travessia para o Sul, anelando os mais acalentados sonhos de expectativa de vida. Mas, via de regra, ele, em situação inferior à de todos os demais, porque, menos qualificado e menos remunerado, vai ocupar os empregos mais baixos do setor formal de trabalho: os homens, como serventes de pedreiro na construção civil ou como porteiros de prédios, e as mulheres, como empregadas domésticas. O resto lança-se à duvidosa atividade informal, na difícil luta pela sobrevivência, porque a migração fomenta e expande esse tipo de serviço. Pode-se dizer que, em cada esquina de rua do centro do Rio ou São Paulo, está um camelo nordestino.

Outros, porém, têm pior sorte: caem na marginalidade e são empurrados para o crime, porque ficam sem oportunidades de vida. A Rocinha, a maior favela do Rio de Janeiro, foco maior do tráfico de drogas e do jogo do bicho, é reduto nordestino, para meu pesar, Presidente, pois 75% de sua população provém da minha Região.

Sr. Presidente, os problemas da migração no Brasil, como vimos, avolumaram-se à falta de uma ação concreta do Governo, nesses últimos anos, como se avolumaram, cada vez mais, as contínuas ondas migratórias vindas do Nordeste para o Centro-Sul: ônus social imenso, sacrifícios pessoais, desajustes do migrante e do meio receptor são alguns dos débitos dessa conta que a sociedade, como um todo, pagou e paga.

O País não tem uma política migratória como necessita. Agora, que um novo governo se instala, entendemos ser o momento, embora com atraso, para se formular e praticar essa política. Preocupados com a questão, gostaríamos de deixar aqui algumas considerações que, no nosso entender, poderiam servir de reflexão para a elaboração de uma futura política de migração.

Se é certo que a migração já se constituiu, nos diversos momentos históricos, e em diferentes países, em movimentos de desenvolvimento e progresso, como estamos experimentando nos tempos atuais no Brasil — do Nordeste para o Centro-Sul —, caracteriza-se, a par de sua contribuição para o crescimento econômico, por um pesado ônus social que é preciso, urgentemente, resgatar.

A migração é fruto das distorções que o processo de desenvolvimento brasileiro, ao longo do tempo, tomou, qual seja o de concentrar o capital no Centro-Sul, mas precisamente no eixo Rio — São Paulo. E o Nordeste, por ser, fora desse eixo, a Região mais subdesenvolvida e populacionalmente habita-

da, foi a mais afetada, com a conseqüente e onerosa migração de seus habitantes.

Como resgatar isso? Uma das alternativas válidas para uma política de migração seria a fixação do migrante no seu local de origem. Para tanto, haver-se-ia de reorientar, a médio e longo prazo, o modelo de desenvolvimento, no sentido de desacelerar o ritmo de concentração de investimento, através da implementação de uma política de desenvolvimento regional — a alocação de recursos nas áreas mais carentes do País, como o Nordeste. Para meu pesar, parece que esta Região vai sofrer um interregno, já que os subsídios para o Nordeste foram suspensos *pro tempore*, e não sabemos se voltaremos a tê-los.

Impõe-se a descentralização em relação a regiões e quanto às grandes metrópoles. Os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados racionalmente para a zona rural e para as pequenas e médias cidades do interior. A fixação do migrante ocorreria na mesma proporção de oferta de emprego estável, salários adequados e seguridade social, os projetos de irrigação passariam a servir à população de baixa renda e não aos grandes proprietários.

Seriam incrementados também os projetos de colonização em áreas novas, no Centro-Oeste e na Amazônia. Nos grandes projetos governamentais, agropecuários ou industriais, nas atividades que absorvessem mais mão-de-obra receberiam prioridade, visando a aumentar a sua oferta. Os programas de desenvolvimento social, como o o PIS, Pasep e Finsocial, teriam preferência exclusiva para as populações carentes.

Outra providência fundamental, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é a reforma agrária.

A migração é uma questão que está intimamente relacionada com a estrutura da terra, principalmente se considerarmos a origem rural-urbana do fluxo migratório. Esta estrutura tornou-se concentradora, latifundiária, injusta, geradora de conflitos e de expulsão do homem pobre da terra. Deste modo, reforma agrária se impõe como medida inadiável para se viabilizar qualquer política migratória.

Na área de assistência ao migrante, objetivando minorar as dificuldades enfrentadas no seu deslocamento e absorção no lugar de destino, medidas assistenciais, efetivas e concretas, deveriam ser implantadas quanto a alojamento, alimentação, passagens, serviços de saúde, documentação, treinamento e encaminhamento para emprego, etc.

Na colocação do migrante no emprego do setor formal, uma das motivações maiores de sua migração seria acionado o Serviço Nacional de Emprego (Sine), bem como decisivo apoio do Poder Público ao setor informal de trabalho, de maneira a garantir o máximo possível a sua colocação.

Como a construção civil absorve a maior parcela de mão-de-obra masculina migrante, principalmente o serviço de "servente de pedreiro", dever-se-iam fornecer informações e treinamento para essa e outras ocupações, como pedreiro, marceneiro, eletricitista, bom-

beiro hidráulico, etc., ensinando ao migrante melhores condições de competitividade no mercado de trabalho. Esclarecimentos também referentes aos seus direitos trabalhistas, extensivos às mulheres, com relação ao serviço doméstico, onde elas mais se empregam.

E quanto ao local de destino do migrante, geralmente as grandes metrópoles, que lhe sejam assegurados os serviços urbanos indispensáveis — moradia, energia elétrica, saneamento, transportes, etc.

Enfim, usar-se-iam adequadamente os mecanismos e instrumentos que o Governo tem à disposição para acionar e promover essas e outras medidas, visando ao equacionamento do problema migratório.

O objetivo é distribuir a população sobre o espaço, de modo a garantir a todos oportunidades econômicas, porque, sabemos todos, a migração é, em última análise, resultado de má distribuição de renda, o que torna essencial e imprescindível a sua justa e equânime redistribuição.

Estas, Sr. Presidente, as observações sobre a necessidade e urgência de o País ter uma política migratória — o que até agora, lamentavelmente, não ocorreu — que trazemos à consideração desta Casa, para que não ocorra aquilo que dizia, no início deste pronunciamento: a deambulação da miséria e para que outros não continuem como Graciliano Ramos dizia:

“Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos... A fome apertara demais os retirantes.”

Ainda é este o quadro do Brasil no momento, por falta de uma política séria de migração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os jornais de Brasília, na semana passada, divulgaram, com muito destaque, a notícia de um jovem motorista desempregado, pai de uma criança de 1 ano de idade, que a estava oferecendo para quem dela quisesse cuidar; ele doaria a filhinha. Houve quem oferecesse a importância de 250 mil dólares pela criança. Mas a mãe não estava aceitando a proposta.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este fato, de algum modo, merece uma reflexão: crianças brasileiras podem ser adotadas; aliás, seria uma boa política do próprio Governo favorecer, o mais possível, a adoção, mesmo por casais estrangeiros, desde que assegurassem o bem-estar daquela criança e, sobretudo, a educassem, cuidassem dela e por ela zelassem, permitindo, até, que os pais pudessem ter contatos, mesmo esporádicos, com os filhos. Essa política da adoção deveria ser repensada.

À margem deste fato, entretanto, há outros:

Há divulgação, pela imprensa, de que crianças brasileiras estão sendo vendidas para serem objeto de experiências de laboratórios em países desenvolvidos, melhor dizendo transplantes de órgãos — as crianças serviriam como doadoras de órgãos a pessoas necessitadas, seriam sacrificadas e seus órgãos transplantados para pessoas que estariam à espera deles. Isso é grave, Sr. Presidente! Isso não é problema de adoção, mas de comércio, razão pela qual ficamos espantados com a oferta que o pai recebeu de 250 mil dólares pela sua filhinha de apenas 1 ano de idade! Um encanto de criança! Eu mesmo tive a tentação de oferecer-me para criá-la. E não me sujeitaria, absolutamente, a esse tipo de comércio; seria apenas para ajudar a família.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Com muito prazer, nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Antônio Luiz Maya, tenho colocado como centro de minhas preocupações existenciais a criança brasileira. Tempo houve em que cuidei de oferecer-lar a muitas delas; em Brasília mesmo eu as transformei em sergipanas — levei crianças, legalmente, com autorização do juiz, a casais, sem filhos, do meu Estado, alguns deles meus clientes, para que as adotassem. Com o passar dos anos, pude sentir o acerto daquela minha ação. As crianças que levei para Sergipe e outras tantas que consegui fazê-las adotadas aqui mesmo, em Brasília, estão crescidas, felizes, estudando e constituem, de certa forma, uma grande alegria para os seus pais, porque o fator gerante não é o primordial, o mais importante para que se ame uma criança; a criança adotada é mais amada porque não correu o risco do filho indesejado; foi sonhada, procurada, querida e achada; portanto, se incorpora àquela textura familiar de uma maneira tão íntima que até a própria criança reage positivamente. Já tive oportunidade, por duas vezes, de testemunhar este fato — uma das vezes, um garoto ia ser crismado por mim, já havia sido batizado; quando o padre lhe perguntou quem era o seu pai, ele ficou sem saber o que dizer. Tomei a frente e disse que o pai era Pedro Lopes — o nome do pai adotivo. O menino ficou numa satisfação incrível, porque queria, realmente, ser filho de Pedro Lopes. Assisti a um garoto consultar deste modo quem o criava: “Meu tio, por que não me adotou? E o senhor lhe respondeu que não o tinha adotado porque seus pais eram vivos e não haviam permitidos a adoção, mas tão-somente que o mantivessem sob guarda e responsabilidade. E o garotinho, hoje, já quase rapaz, pergunta àquele senhor: “A minha vontade não vale coisa alguma, não vale nada?” E a resposta: — “Vale.” Nova pergunta: — “E quando é que eu

posso decidir ser seu filho?” Resposta: — “quando você tiver maioridade”. O jovem bateu na mesinha que ali estava e disse: — “aos 21 anos, quero ser seu filho, quero ser seu adotado”. Ora, a adoção é um ato de amor que absorve o casal, absorve a criança, e há um fechamento feliz, no mais das vezes, para a família. Quanto a outra denúncia que V. Exª traz à Casa, tive oportunidade de ler, no jornal, que um delegado cearense teria dado essa notícia. Confesso-lhe que, pela monstruosidade do fato, não quis acreditar. Verificando, porém, em outros jornais, em outras revistas, um ponto me chamou a atenção: é que também lá, casais estrangeiros que, diversamente de nós, brasileiros, que, quando vamos adotar, queremos saber se a criança é sadia, se não tem nenhum defeito congênito, como evoluiu — para ficarem com uma criança hígida e que possa conviver normalmente no meio familiar —, casais estrangeiros se mostram indiferentes a esse fato, inclusive há casais que adotaram excepcionais, adotaram duas meninas gêmeas débeis mentais, coisas desse tipo. Temos que acreditar na grandeza do ser humano, temos que acreditar na magnanimidade, mas temos que sustentar também, como no caso, que há jovens que vêm dos seus países distantes buscar crianças doentes mentais, débeis, para oferecer-lhes um lar.

É difícil, nos tempos de hoje, acreditar-se em tanta bondade; é difícil, nos tempos de hoje, Sr. Senador, não duvidar e não pensar também como esse delegado denunciou. Eu o felicito pelas considerações que tece a respeito desse caso. Li também a notícia e, por isso mesmo, vim à tribuna, hoje, falar sobre as migrações internas. É aquele fluxo permanente da mão-de-obra desqualificada que vem para as periferias da cidade, ocupando subempregos, rolando na maioria das vezes, sem ter seus direitos trabalhistas reconhecidos, e que entram em desespero a todo instante, a toda hora. As crianças oferecidas, as crianças abandonadas, as crianças que são mortas constituem número muito grande do sofrimento infantil, do martírio infantil, que, no mais das vezes, não é provocado tão-somente pelo desamor daqueles que os geraram, mas pela angústia existencial dos momentos em que estão vivendo. Felicito V. Exª por este pronunciamento, nobre Senador.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Sou eu que agradeço, nobre Senador Francisco Rollemberg. V. Exª tocou num ponto fundamental: toda e qualquer adoção é ato de amor. Também acho que deva ser assim, como o caso dessas crianças a que V. Exª se referiu adotadas mesmo sendo débeis mentais, ou aquelas com algum outro defeito, e que estão recebendo tratamento muito carinhoso por parte dos casais que as acolheram. É ato de amor, V. Exª tem toda razão.

Emocionou-me bastante, nobre Senador, o testemunho de V. Exª em fatos que lhe aconteceram. Ficamos sensibilizados. As crianças se apegam muito às pessoas que lhes

dão amor, é verdade, e ficam, de algum modo, presas a elas, como o caso do rapaz que, aos 20 anos, queria realmente ser filho adotivo da pessoa que o recebeu. Muito bonito.

Muito obrigado, nobre Senador.

A admoestação que V. Ex^a fez, no final, de que se deve desconfiar em muitos casos, pois, às vezes, crianças são compradas e não adotadas; a finalidade pela qual são compradas deixa-nos preocupados, sobremaneira, com referência à utilização delas para fins condenáveis. Não traz nenhum benefício à Humanidade o sacrifício de inocentes para dar saúde a outros. Não é este o caminho e a Medicina, certissimamente, tem outras providências a tomar para resolver a questão, e não sacrificar inocentes.

E, à margem disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito embora freqüentemente os meios de comunicações denunciem atentados à vida humana, nenhuma providência concreta é tomada para coibir tais crimes.

E, esclarecendo o que foi dito há pouco: recentemente, na edição de 8 do corrente, o *Jornal de Brasília* e o *Correio Braziliense* publicaram denúncia de tráfico de crianças que teria havido, desta vez no Nordeste, onde, segundo a notícia, o Delegado Maroni Bing Torgan disse dispor de "informações seguras" de que "crianças nordestinas, especialmente cearenses, são levadas para os Estados Unidos e a França, e estão sendo utilizadas como cobaias em laboratórios clandestinos"; "...esses traficantes estariam matando essas crianças e vendendo seus órgãos para pessoas ricas, no exterior, para transplantes de órgãos", diz a notícia.

Esse problema não é de hoje. Em agosto de 1988, o *Jornal do Brasil* já denunciava a venda de bebês para Bancos de órgãos dos Estados Unidos, onde seriam mortos e teriam seus órgãos utilizados em transplantes. Essas crianças, com idades de 3 a 6 meses, teriam sido seqüestradas no Rio de Janeiro.

Assistimos pela TV à propaganda do aborto, visando à legalização desse crime. Experiências com embrião humano são alardeadas por toda parte como progresso da ciência. A prática da eutanásia e do aborto é defendida em nome da liberdade de escolha. Programas de educação sexual contrários a nossos valores morais são defendidos por grupos interessados em desestabilizar a família e perverter a Juventude.

Será que tudo isso ocorre por acaso ou é ação deliberada de grupos e instituições interessadas em destruir nossa sociedade? Que interesses teriam esses grupos organizados? Que métodos ou estratégias usam para obter, entre nós, adeptos à sua causa?

Na opinião do P^o Paul Marx, internacionalmente conhecido pela sua luta em defesa da vida humana, e Presidente da *Human Life International*, a desagregação moral e os atentados à vida humana, desde a concepção, têm origem na ação de grupos e de instituições internacionais que investem milhões de dólares em projetos que denominam "Planejamento Familiar", "Assistência à Mulher e à Criança", pesquisas ditas "científicas", com

o objetivo de controlar a população do Terceiro Mundo. Essas ações representam, segundo o P^o Marx, um novo imperialismo, um novo colonialismo.

Somente no Brasil esses grupos investiram, em projetos de população, mais de 32 milhões de dólares no último triênio, segundo fonte do Fundo das Nações Unidas para Atividades de População — FNUAP.

Entre essas organizações, a mais poderosa é a IPPF — Federação Internacional de Planejamento Familiar, com sede em Londres e inúmeras filiais em todo mundo. Entre nós, sua filial é a Bemfam — Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil, com mais de uma centena de postos no País.

Essas organizações possuem refinada estratégia para levar a população a mudanças de comportamento, à mudança de políticas e de leis que favoreçam suas ações. Assim, seus programas e projetos de população incluem recursos para divulgação de artigos, divulgação e produção de material informativo e de comunicação através da *mas media*, informações técnicas e encontros informais de parlamentares etc., onde são gastos centenas de milhares de dólares.

Entre as teses que defendem está a legalização do aborto como meio de redução da população, procurando mostrar que é uma prática muito difundida na população e, por conseguinte, deverá ser regulamentada, como se fosse possível legalizar um crime.

Sob o mito da explosão demográfica, querem nos convencer de que é preciso reduzir a população para se obter o desenvolvimento. Ora Senhores, nenhuma Nação é forte sem povo! O drama por que passa a Europa, notadamente a Alemanha, com sua redução populacional, não interessa ao Brasil. Mas, passem, Srs. Senadores: a continuar os projetos de população como estão, até o ano 2.025 estaremos como a Alemanha, crescendo negativamente, segundo dados do IBGE.

Para uma visão global dessas ações destruidoras da família e da sociedade, estará sendo realizado em Miami, Flórida, a Oitava Conferência Mundial da *Human Life International*, sobre "O Amor, a Vida e a Família".

Ali, mais de 40 especialistas mundiais discutirão sobre temas como: paternidade responsável, movimento atual em favor da eutanásia, canibalismo científico; experimentação e exploração de bebês, planificação natural da família, métodos perigosos para o controle da natalidade etc.

Além do material exposto nesse congresso — documentos e documentários em vídeo — os participantes terão uma visão global dos problemas atuais e, em particular, do que se passa na América Latina no tocante ao controle populacional, desrespeito à vida humana e à desagregação da família motivada por problemas morais que nos querem impingir grupos internacionais. Queira Deus possamos ter este material para nos defender desse mal que aflige o nosso mundo, particularmente a nossa Pátria.

Voltaremos a este assunto em outra ocasião.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu Estado vive no momento um quadro de dramática apreensão, em consequência da falta de chuvas, gerando demonstrações de inquietação e desespero em vários municípios.

Nas cidades Tauá e Quixeramobim, por exemplo, já ocorreram invasões de flagelados, acossados pela necessidade de obter alimentos junto à Prefeitura e comércio locais.

Em oportunidades anteriores, diante de situações semelhantes, o Governo Federal tem acudido à população cearense através de planos emergenciais, que atermam a drasticidade da intempérie.

Entidades oficiais e privadas movimentam-se no sentido de obter ajuda da União para, somada à ação do Executivo estadual, reduzir as imensas dificuldades vividas já por milhares de irmãos nossos.

A imprensa, diariamente, reporta-se ao espectro de uma seca parcial, que já se prenuncia, reclamando a atenção das autoridades competentes na assistência às populações atingidas.

Na edição de ontem, o jornal *O Povo*, em longo editorial, destaca a gravidade do problema, fazendo-o nos seguintes termos:

NOVA AMEAÇA DE SECA

Cerca de três mil agricultores, sem trabalho remunerado e famintos, invadiram ontem Tauá, em busca de alimentos para si próprios e suas famílias, num quadro constrangedor, já registrado, este mês em outras cidades do interior cearense. Isso porque, em grandes áreas do Estado, como o Sertão central e os Inhams, o inverno não se caracterizou.

Tudo indica, infelizmente, que estamos diante de mais uma seca parcial ou seca verde, pela ausência continuada das chuvas, que caem aqui e ali de maneira insatisfatória, sendo que em vários municípios são apenas esparsas. Ainda bem que a situação da pecuária ainda não é desesperadora, mas tende a ser se a estiagem se prolongar por mais dias.

O que está passando, neste ano de 1990, é uma repetição do que secularmente vem ocorrendo no Ceará e em todo o Nordeste. A infra-estrutura para enfrentar os efeitos das secas periódicas que nos assolam uma vez a cada nove anos, em média, continua à espera de solução e são poucas as esperanças de que venha a ser construída em prazo curto.

Seria exagero dizer que ainda não se fez nada nesse setor, pois aí estão os grandes e médios açudes, poços profun-

dos e um pouco de irrigação, os primeiros acumulando bilhões de metros cúbicos de água armazenada mas pouco aproveitada. A agricultura de sustentação, com base na enxada, continua a prevalecer.

É hoje ponto pacífico que esse grave problema só será um dia equacionado quando todas as nossas terras irrigáveis estiverem recebendo os benefícios da irrigação. A propósito, é oportuno lembrar que o Governo Sarney chegou a criar o Ministério Extraordinário da Irrigação, confiado ao engenheiro cearense Vicente Cavalcante Fialho, cuja meta seria beneficiar um milhão de hectares, a maioria dos quais no Nordeste. Porém, essa louvável meta esteve longe de ser alcançada. Faltaram os meios para a sua execução ou, mais precisamente, faltaram recursos para o louvável empreendimento, que em pouco tempo pagaria o seu custo.

Já estamos no final de março, normalmente um mês de muita chuva. Em algumas localidades, o quadro é quase de normalidade, com perspectiva de razoável produção agrícola. Em outras, no entanto, as plantações já morreram ou estão emurchecidas e não suportam mais uma semana sequer sem água.

A tendência é para o agravamento social da questão, com levadas e mais levadas de rurícolas esfomeados invadindo os depósitos de alimentos e até mesmo estabelecimentos comerciais, em busca do que comer. Ninguém possui em casa nenhuma reserva para fazer face aos tempos das vacas magras. A pobreza do povo é total, beirando a miséria absoluta.

Estamos diante de mais uma calamidade pública, que se tornará mais grave se as chuvas não chegarem de maneira generalizada, como ainda esperam os mais otimistas. As prefeituras não têm condições e enfrentar a situação, uma vez que os seus recursos são muito limitados, o mesmo podendo dizer-se do Estado. O socorro tem que vir da União, como preceitua a Constituição Federal.

Ocorre que a burocracia é por demais vagarosa, sem a menor pressa. Por isso, é de bom alvitre que o Governo estadual se mantenha atento para adotar as providências de sua alçada, no caso, repetimos, de a estiagem prosseguir. O Presidente Fernando Collor de Mello, como nordestino, possivelmente já está sendo prevenido sobre o problema e não deixará sem assistência as centenas de milhares que já não têm o que comer, no Nordeste. Mas vamos esperar um pouco mais pela vinda das chuvas que estão faltando.

Senhor Presidente, após a leitura do editorial do jornal *O Povo*, consigno aqui, em meu e em nome dos colegas Afonso Sancho e Cid Sabóia de Carvalho, veemente apelo, no sentido de se articular, sem tardança, uma pro-

gramação de emergência que garanta, neste período crucial, a sobrevivência dos meus co-estaduanos.

Que o Presidente Fernando Collor de Mello, instado também pelo editorial agora lido, disponha-se a acudir aos nordestinos, num trabalho coordenado pela Sudene, DNOCS, Ministério da Infra-Estrutura e o setor de Defesa Civil, enfim, órgãos que, com base em experiências recentes, possam impedir os êxodos desumanos que no passado sinalizaram uma tormentosa saga de sofrimento e miséria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Ronaldo Aragão — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antônio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Matta Machado — Rona Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Maurício Corrêa — Meira Filho — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldaña Derzi — Jorge Bornhausen — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Esgotado o período destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 56, DE 1989

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 376, e, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1989 (nº 53/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 139, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos. (Dependendo de parecer.)

Solicito ao nobre Senador Mauro Benevides o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB—CE. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, e Srs. Senadores, sob a apreciação desta Comissão, o Projeto de Decreto Legislativo que “aprova o texto da Convenção nº 139, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos”.

Acompanhando a Mensagem Presidencial, que remeteu o referido acordo para os fins previstos no art. 49, I, da Constituição Federal, vem Exposição de Motivos do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, na qual consta que:

“A Convenção nº 139 foi adotada na 59ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, que se realizou em Genebra em 1974. Seu texto foi examinado tanto pela Comissão Tripartite instituída pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho através da Portaria nº 3.228, de 15 de julho de 1987, quanto pela Comissão de Direitos do Trabalho e, em ambas instâncias recebeu parecer favorável ao encaminhamento para exame pelo Congresso com vistas à sua ratificação.

Nos termos da referida Convenção, todo país-membro que a ratifique deverá elaborar listagem periódica das substâncias e agentes cancerígenos cuja exposição nos locais de trabalho esteja proibida ou sujeita a autorização ou controle. Deverão aqueles países igualmente recomendar medidas com vistas à proteção contra os riscos de exposição àquelas substâncias ou agentes, bem como assegurar a todos os trabalhadores exames médicos e de laboratório necessários à avaliação do seu estado de saúde quanto à exposição e aos riscos profissionais. Por considerar que as tarefas de natureza agrícola e industrial empregam crescentemente ingredientes que precisam ser manipulados com grande escrupulo, a Comissão de Direito do Trabalho, acolhendo parecer da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), manifestou-se a favor do encaminhamento ao Congresso Nacional”.

Trata-se, por conseguinte, de matéria de grande relevância e a adesão do Brasil à Convenção que ora se aprecia virá proporcionar o aperfeiçoamento dos institutos que visam a otimizar as condições de segurança do trabalho.

O caráter preventivo da Convenção nº 139, com a elaboração de listagem periódica de substâncias ou agentes cuja exposição nos locais de trabalho deva ser proibida, ou sujeita à autorização ou controle, pelo seu potencial risco cancerígeno, ao lado dos mecanismos de proteção e vigilância médico-sanitárias constantes, constituem medidas de todo oportunas, diante do caráter excepcional dos riscos que se consideram na matéria.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, com a adesão do Brasil à Convenção nº 139, da OIT

É o parecer, Sr. Presidente.

OSR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya)

— O parecer conclui favoravelmente ao projeto.

Completada a instrução da matéria passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á oportunamente, tendo em vista que as três próximas sessões serão destinadas exclusivamente à apreciação do Código do Menor.

OSR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya)

— Esgotada a Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a honrar-me com a atenção dos Srs. Senadores para dar continuidade ao assunto iniciado ontem. O assunto a que me refiro trata de oferecer solução alternativa à chamada cesta básica que o Governo, segundo a imprensa, tem cogitado distribuir às camadas mais pobres da população. Insisto que não somos contrários a essa distribuição. Consideramos somente que é preciso soluções mais duradouras e que sinalizem com expectativas favoráveis a curto prazo, além da simples distribuição de alimentos.

A solução que julgamos ideal é a distribuição de terras, o assentamento dirigido de centenas de milhares de famílias de trabalhadores rurais. Ao invés de investir 7 bilhões de dólares por ano em distribuição de alimentos, o Governo poderia investir a mesma quantia em grandes projetos de desenvolvimento agropecuário, o que traria resultados a curto prazo, tanto no que se refere à eliminação da miséria como no forte combate à especulação com alimentos, à inflação.

Se o Governo — realmente — buscasse enfrentar a questão do trabalhador rural sem terra no Brasil, problema que se arrasta desde os tempos das Capitânicas Hereditárias, por certo estaria retirando das mãos da assim chamada esquerda, a sua mais cara bandeira, a da Reforma Agrária. Simultaneamente, eu estaria combatendo a inflação pela maneira mais eficiente, que é a do equilíbrio do mercado, com oferta abundante de alimentos; eu estaria combatendo a violência rural e urbana, pois o conflito agrário teria um fim e a concentração urbana seria diminuída, enfraquecendo a pressão urbana por infra-estrutura social.

Na verdade, o setor primário da economia é o mais fundamental à vida humana. Sem ele, impossível vicejar o progresso, vislumbrar o futuro. A vida nas cidades seria inviável. Mesmo havendo a progressiva industrialização brasileira, o alimento teria que vir de algum lugar; ótimo seria se esse lugar fosse o próprio Brasil. Com o fortalecimento da

agricultura em nosso País, os problemas brasileiros mais cruentos estariam perto do fim: a miséria, a fome, a desnutrição, as doenças oportunistas, a sobrecarga do sistema hospitalar, até as exigências do sistema educacional seriam suavizadas.

O Governo, que tem demonstrado segurança, pertinácia, uma grande obstinação no atingimento do objetivo a que se propôs, poderia destinar parte dessa tenacidade à justiça no campo, ordenando recursos e determinando aos órgãos responsáveis pelo assunto urgência, perseverança e inflexibilidade no cumprimento dessas ordens. Acredito que este seria o maior tento do Governo frente a nós, que lhes fazemos oposição.

Os grandes projetos da área rural, a que me refiro, não são de minifúndios, mas também longe estão dessa tradicional política agrícola brasileira, que tem apoiado somente aos grandes empresários do setor.

O Governo dos Estados Unidos, no período imediatamente posterior à queda da Bolsa de Nova Iorque, perante a depressão que empobreceu o país e causou grande sofrimento à população, encontrou como solução para aquele quadro de tristezas uma nova conquista do Oeste, a formação de grandes projetos de desenvolvimento regional estruturados na agropecuária. Isto salvou o país e, ainda hoje, os Estados Unidos são os maiores produtores mundiais de produtos agrícolas e os norte-americanos não só superaram aqueles problemas como construíram a nação mais poderosa do Planeta.

Os brasileiros ainda não conquistaram o Oeste, tampouco o Norte. O Centro-Oeste do Brasil mantém-se em grande parte na improdutividade, na especulação com a terra, no latifúndio irresponsável, individualista e improdutivo. A grande região Norte, a minha região, o Setentrão brasileiro, o é de maneira antieconômica e terrivelmente predatória. Assim mesmo, as manchas de exploração ainda são pequenas, diante da imensidão das terras exploráveis, sem riscos ecológicos.

Assim, Sr. Presidente, concluo as minhas observações nesta parte, e aproveito a oportunidade para fazer um registro de estranheza quanto à ciranda dos movimentos realizados nessa velocidade vertiginosa do novo Governo, que se propôs, de início, a ter um ministério com a estabilidade de cinco anos. Presenciamos Sua Excelência, mais de uma vez, ao dar posse aos seus ministros, fazer não só a recomendação como afirmação peremptória de que o escolhido era para iniciar e terminar com o seu Governo.

Senhor Presidente e senhores Senadores, ficamos admirados com a mudança vertiginosa de atitudes e conceitos quanto à palavra empenhada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, diante dos acontecimentos que são da política e que deveriam ser previstos por Sua Excelência, para não se precipitar em fazer afirmações que pudesse ele mesmo vir, muito antes do que se esperava, contradizê-las. O mesmo acontecimento foi narrado na Bíblia, quando Jesus Cristo afirmou que “antes que o galo cantasse três

vezes Pedro haveria de o trair”. Pois bem, antes que terminasse o mês, a própria consciência do presidente o traiu, porque aquela estabilidade de seus ministros começa a quebrar, a fraturar.

Vejo, hoje, nas manchetes dos jornais do País, notícia de que o Ministro Joaquim Roriz, que fora nomeado para a Pasta da Agricultura e que deixara recentemente o Governo do Distrito Federal, deixa o seu mandato de ministro. A legenda de uma fotografia, onde estão os Ministro da Justiça e o da Agricultura confabulando, diz: “com a demissão de Roriz, Cabral deixou de ser demissionário para acumular o Ministério da Agricultura com o da Justiça.” Fiquei tão surpreendido que peço até uma explicação ao Líder do Governo sobre a veracidade da informação, ou se houve algum truncamento da notícia no *Jornal do Brasil* de hoje, sexta-feira, dia 30 de março, onde se lê: “Cabral deixou de ser demissionário”. Será que o Ministro da Justiça também estava demissionário e voltou atrás porque teve que acumular a Pasta da Justiça com a da Agricultura?

No mesmo jornal lemos: “Trapalhadas no Planalto”. Está havendo grandes encontros.

E estou sabendo que não é só no primeiro escalão, mas também no segundo está havendo modificação; houve nomeações que não duraram sequer 24 horas. De modo que o Presidente precisa botar um pouco de freio na sua velocidade ultra-sônica, para não cometer esses erros, porque, como todos sabemos, a pressa é inimiga da perfeição. O Governo, que está defendendo um plano perfeito, tem que ter a humildade de ver que a pressa está começando a produzir rachaduras no seu edifício de ideal administrativo.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me um aparte, nobre senador?

O SR. MÁRIO MAIA — Com muito prazer, nobre senador pelo novíssimo Estado do Tocantins.

O Sr. Carlos Patrocínio — Senador, gostaríamos de dizer que fomos e somos, efetivamente, testemunhas de que a cada ministro empossado, o Presidente Fernando Collor dizia que iriam sair todos juntos com o Presidente, ou seja, no dia 1º janeiro de 1995. O espírito, o propósito que sempre norteou o Presidente da República foi o de formar um ministério sólido, capaz de implementar mudanças profundas na administração do nosso País. No caso específico da demissão do Ministro da Agricultura, Sr. Joaquim Roriz, V. Exª haverá de entender que é uma questão pessoal, não se trata de qualquer questão de briga ou interferência; apenas o Sr. Joaquim Roriz sente-se numa condição muito boa de ser o futuro Governador do Distrito Federal, já que as pesquisas de opinião pública o apontam como favorito disparado. Evidentemente, o Ministro Joaquim Roriz deveria ter pensado duas vezes antes de aceitar o cargo; mas esta é uma questão meramente pessoal e, de maneira alguma, vem enfraquecer o Ministério do Presidente

Collor. Quanto à safda do Ministro da Justiça, Dr. Bernardo Cabral, estou ouvindo falar disso apenas agora através da leitura de V. Ex^a Agradeço a V. Ex^a pela concessão deste aparte. Gostaria de deixar consignado aqui que isso em nada enfraquece o espírito de unidade que reina no Palácio do Planalto.

O SR. MÁRIO MAIA — Sim, pode até consolidar, mas que há uma incoerência nas disposições do Governo há, porque os jornais estão dizendo que é uma atitude de liberdade absoluta, até unilateral, de livre e espontânea vontade do Ministro Roriz.

Subentende-se, porém que essa vontade esteja presente no espírito de todos os ministros que aceitaram o cargo. Nós estamos numa democracia. O Presidente não obrigou ninguém a ser ministro; convidou o cidadão para ser ministro. E, ao convidá-lo, colocou essa premissa perante a Nação brasileira: "Está sendo convidado para servir ao meu Governo Durante os 5 anos." Portanto, nobre senador, subentende-se que a todos os ministros que foram convidados, antes de o Presidente fazer a declaração pública, dar conhecimento do seu nome, naturalmente, nas conversas, foram colocadas essas condições básicas para aceitação. E uma delas era a de permanecer durante esse tempo todo. Não fora assim, Sua Excelência não teria o desbarato de dizer publicamente que os seus ministros estavam sendo nomeados para acompanhá-lo durante os 5 anos.

Portanto, essa atitude nos surpreende. Não quero dizer que seja uma infantilidade, porque o Presidente tem 40 anos, está na idade de alta produtividade da inteligência.

O Sr. Ney Maranhão — Está no auge!

O SR. MÁRIO MAIA — Está no auge, na idade balzaquiana, entrou nos 40 anos. Está com um ano de idade na cronologia balzaquiana, portanto, no viço, no fulgor da mocidade, da inteligência. O ministro Roriz, também, me parece, está na casa dos cinquenta. Portanto, são pessoas altamente responsáveis.

Ainda mais, era do conhecimento do Distrito Federal, da Nação, através da mídia, que o ministro Roriz gozava desse conceito de alta popularidade no Distrito Federal, que era, até, favorito nas pesquisas; S. Ex^a sabia dessa situação anteriormente. Ora, se S. Ex^a queria ser Governador do Distrito Federal e já sabia que sua situação era boa, ótima, anteriormente, por que cometeu essa levianidade, para não dizer infantilidade, de aceitar ser ministro, passar uma semana e deixar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República numa situação delicada? "Senhor Presidente, resolvi deixar o Ministério porque tenho certeza de ser eleito Governador do Distrito Federal; Vossa Excelência vai-me desculpar, mas não quero mais ser ministro, quero ser Governador do Distrito Federal".

Penso que não estamos brincando, nem imagino que o Senhor Presidente da República esteja brincando de administrador. Nós lhe fazemos oposição, mas estamos procu-

rando fazer, como disse a sua Excelência, ao cumprimentá-lo no dia da posse, uma oposição séria e construtiva, para o bem do Brasil. E é por isto que estamos aqui, da maneira mais séria possível, fazendo esta crítica, para que amanhã não aconteça que Sua Excelência caia na situação do Presidente Sarney, que mudou não sei quantos Ministros ao longo dos seus cinco anos de mandato. Portanto, é uma preocupação que assalta não apenas a mim, um humilde representante da Região Norte, mas creio que, neste momento, está a assaltar todos os brasileiros, porque mesmo essa preocupação, esse agudamento vem também aqui, no cabeçalho do jornal, onde é mostrado um outro erro decorrente da velocidade com que as coisas são feitas, às carreiras, aos tropeços, sem um pensamento maior: "Interbrás fecha negócio depois de sua extinção".

Ora veja V. Ex^a: o Ministro, que é Ministro da Agricultura assume e, depois de uma semana, sai. A Interbrás é extinta mas fecha negócio de compra e venda com o Iraque depois de extinta.

Acho que as coisas, nessa velocidade, começam a atrapalhar. O Presidente está tropeçando demais. Isto, aí, começa a minar o "edifício" do Plano Brasil Novo e o Presidente, se continuar nessa velocidade, não tenham dúvida, dentro de pouco tempo, dentro de dois meses, cairá num completo descrédito junto à Nação brasileira, porque os seus assessores estão colocando o Presidente numa situação delicada perante a Nação brasileira. Eu li a notícia, e se houver tempo, eu pretendo ler pelo menos o espelho da notícia, que é muito grave: uma negociação feita clandestinamente.

O Sr. Ney Maranhão Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte do nobre representante do Nordeste brasileiro.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Mário Maia, V. Ex^a sobe à tribuna do Senado, como homem do Norte, sofredor. Nossas Regiões, nós sabemos, Nordeste e Norte, formam um País dentro de um outro, sendo que nós somos uma Região subdesenvolvida. Conheço muito bem o trabalho de V. Ex^a e a responsabilidade que V. Ex^a tem de luta por melhores dias de sua região, e o Senado todo conhece V. Ex^a e sabe como V. Ex^a encara o seu mandato, um mandato delegado pelo povo de seu Estado. Há muitos anos, fomos companheiros, nos tempos do Rio de Janeiro...

O SR. MÁRIO MAIA — Senador, não fui seu Companheiro no Rio de Janeiro, fomos aqui em Brasília.

O Sr. Ney Maranhão — Em Brasília, sofremos juntos. Quero dizer a V. Ex^a, em primeiro lugar, como 1º Vice-Líder do Governo, que não há o menor fundamento neste pensamento de que S. Ex^a o Ministro Bernardo Cabral sairá do Governo. O Ministro Bernardo Cabral é uma peça fundamental nesta Administração que se instalou neste País no

dia 15 de março. Senador Mário Maia, eu disse, ontem, aqui, no Senado, num aparte ao Senador Jamil Haddad, que em relação àquelas palavras que atribuíam a De Gaulle, que o Brasil não era um país sério, eu tinha minhas dúvidas até o dia 15 de março, mas depois que se instalou este Governo, a coisa começou a virar.

Estamos com um Governo sério, transparente e, acima de tudo, um Governo que não enganou ninguém. O Presidente Fernando Collor, nos palanques, disse o que iria fazer. E o povo brasileiro, pela sua maioria absoluta, consagrou-o nas urnas nos dias 15 de novembro e 17 de dezembro. E, hoje, o Plano de Sua Excelência, V. Ex^a há de reconhecer, tem 89% do apoio do povo brasileiro. Mais ainda: algumas aves agourentas procuram sabotar o seu Plano. Por exemplo, em relação à poupança, que está sendo um "cavalo de Tróia". Sabemos, Senador Mário Maia, que 90% de quem poupa tem na faixa de 50 mil cruzados na poupança.

O SR. MÁRIO MAIA — Aliás, não é poupança! É "guardança"!

O Sr. Ney Maranhão — Exatamente. E estou defendendo também na qualidade de vice-líder do Governo — e hoje estou na Liderança, porque o nosso líder não se encontra. Quero dizer a V. Ex^a que quem poupa 200, 300 ou 400 mil cruzados é da classe média, e considero poupança; mas, como o Presidente disse: o maior tem que pagar mais; o médio, menos. Esses estão pagando um pouco, mas não vão demorar muito, porque chegaremos lá. De acordo com o desenvolvimento do programa, vamos abrir a torneira para essa área que considero classe média.

Veja V. Ex^a as contradições das coisas: ontem mesmo — se não estou equivocado — um jornal publicou que até uma medida provisória falsificada deu entrada no Congresso Nacional. O que é isso? Chama-se sabotagem. Esta é uma situação de desespero de causa daqueles que viviam permanentemente na ciranda financeira. Venderam fazendas, venderam apartamentos, venderam seus negócios para aplicar o dinheiro e ganhar diariamente 3% de juros. As fábricas parando, os empresários — quando falo em empresários, refiro-me a empresários progressistas — impedidos de investir, com medo. Agora, Senador, o quadro mudou. Mudou e o povo brasileiro está apoiando. Uma prova desse apoio é que a Caixa Econômica ontem, se não me engano, foi procurada por milhares de brasileiros para abrir novas contas de poupanças. Tenho certeza de que V. Ex^a — como frisei ontem — seu partido, o guru da Economia do seu partido, o Deputado César Maia, dá apoio ao Plano. Existem, é lógico, algumas gorduras que temos que cortar. O Congresso Nacional está aqui para colaborar e o Presidente está cioso, consciente de que o Poder Legislativo tem que colaborar decisivamente no Plano. V. Ex^a viu aquelas duas medidas, e Sua Excelência, como estadista, como homem experiente foi deputado federal, pre-

feito e governador de um Estado sofrido como o nosso, o que fez? Recuou. Então, quem reconhece o erro, V. Exª sabe...

O SR. MÁRIO MAIA — Merece o respeito...

O Sr. Ney Maranhão — ...merece o respeito e a colaboração de todos. Então, só tem uma coisa, é que esses empresários estavam acostumados a não receber ordens, e V. Exª sabe muito bem que o Governo Sarney era a "casa de mãe Joana", em que todos mandavam e ninguém obedecia, a verdade era esta, eles estavam acostumados a isso, reuniam-se todo dia com o Ministro da Fazenda, reuniam-se no Palácio e o resultado: não cumpriam nada. Agora, não, Senador. Agora é como se diz lá no Nordeste: "o trunfo é pau e o ponche é prego". Esses que passaram os pés pelas mãos vão receber bordoadas, porque essa gente, Senador, só sente quando dói no bolso. E vai doer no bolso. Tenho certeza que V. Exª, como a maioria do Senado e da Câmara, vai apoiar essas medidas. Reconheço e respeito a Oposição, e estamos prontos aqui, de mãos dadas, a colaborar com o Plano Brasil Novo, porque isto é que vai interessar a todos nós e ao povo brasileiro. Era o que tinha a dizer a V. Exª

O SR. MÁRIO MAIA — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Exª, com muita sutileza, fez o aparte em cima das críticas que eu estava fazendo, construtivas, e se colocou numa posição de defesa global do Plano.

Aqui temos demonstrado, mais de uma vez, que não nos colocamos de maneira radical contra o Plano, embora o meu Partido tenha uma posição bem definida de oposição crítica, de maneira geral.

O Sr. Ney Maranhão — Uma oposição construtiva.

O SR. MÁRIO MAIA — Fazemos reuniões da Bancada e estamos procurando cooperar com a Nação brasileira, porque já falamos várias vezes e reafirmamos: qualquer que fosse o Presidente eleito, teria ele que tomar providências semelhantes, poderia ser com estilos diferentes, pois cada um tem o seu estilo, mas providências sérias, drásticas teriam que ser tomadas, tanto assim que a minha Bancada, no Senado, onde lidero, como a Bancada na Câmara, não se escusaram a apresentar inúmeras emendas. Talvez a nossa Bancada tenha sido uma das que mais apresentaram emendas ao Plano, procurando corrigi-lo.

Portanto, não nos colocamos numa posição sectária de rejeição, nem de adesão completa de aprovar o Plano de cabo a rabo, como alguns partidos afirmaram — "Não, o Plano é perfeito, vamos aprovar tudo, não vamos apresentar nenhuma emenda"; nós nos colocamos numa posição séria, construtiva, de crítica, e estamos apresentando centenas de emendas visando aprimorar o Plano. Isso já é o atestado objetivo de que não estamos numa posição sectária.

O Sr. Ney Maranhão — E o Partido de V. Exª teve, como um dos fundadores, Getúlio Vargas.

O SR. MÁRIO MAIA — Exatamente.

O Sr. Ney Maranhão — A Carta-testamento de Getúlio Vargas, em que o Partido de V. Exª...

O SR. MÁRIO MAIA — Nós nos inspiramos nele.

O Sr. Ney Maranhão — É o trabalhismo puro.

O SR. MÁRIO MAIA — Quero dizer, Sr. Senador, que é o trabalhismo puro, a social-democracia...

O Sr. Ney Maranhão — Não é um Partido sectário, que diz que só o trabalhador é trabalhista, não! Quem é trabalhista é o empresário, são todos que fazem a Nação — é a Carta-testamento de Getúlio — trabalhismo é um todo que trabalha para o desenvolvimento do País.

O SR. MÁRIO MAIA — Exato.

O Sr. Ney Maranhão — E o partido de V. Exª tem essa inspiração.

O SR. MÁRIO MAIA — Veja bem; o Presidente do nosso Partido, Dr. Leonel Brizola, ex-Governador do Estado da Guanabara, quando se coloca numa posição crítica e de dúvida quanto ao êxito do plano, tem suas razões, mas também não se colocou como nós nos colocamos e, sim, de uma maneira radical contra. S. Exª está fazendo as suas críticas e estranhou, por exemplo, que, no Plano, se tivesse uma preocupação enorme com as modificações fiscais, financeiras, econômicas, monetárias, e outras que alinhavam o Plano de privatização de empresas; temos várias preocupações, mas existe uma — diz S. Exª que o Governo não deu nenhum sinal, no seu projeto: é quanto às perdas internacionais, fator também formidável, talvez, da nossa inflação. Imagine V. Exª, nobre Senador Ney Maranhão, se conseguirmos fazer reter, nas nossas fronteiras, aqueles doze bilhões de dólares!

Não sou economista, mas leio nos jornais, com frequência, que o serviço da dívida, bem como seus juros, nossos compromissos com nossos credores internacionais orçam em doze bilhões de dólares ao ano. Se ficassem circulando aqui dentro, esta Nação experimentaria um grande desenvolvimento.

De modo que, quando o Presidente do PDT, Dr. Leonel Brizola, insiste no que se chama, genericamente, "as perdas internacionais", o Governo deveria ter apontado um sinal no que diz respeito ao que ele iria fazer mais concretamente quanto às negociações do serviço das dívidas, os juros, as perdas internacionais, que chamamos não só o serviço da dívida, os juros, mas também a fiscalização sobre os superfaturamentos, os subfaturamentos, a remessa de lucros, o pagamento de royalties, os contrabandos — enfim —; toda essa evasão, essa sangria na jugular do Brasil, que fica pingando e nos anemizando

e que, creio, constitui um dos fatores fundamentais que vêm causando esses efeitos de sofrimento, briga de uns com outros e o Presidente procurando, de toda a forma, alinhar, fazendo com que apertemos os cintos, esvaziemos o estômago, reduzindo, enfim, os salários de todos para passarmos necessidades enormes a fim de podermos pagar nossa dívida externa, que, talvez, começasse por outro lado, e não se precisasse passar por este sacrifício todo, pois teríamos recursos necessários para sair da fome, da miséria, das dificuldades e ter boas estradas de ferro, de rodagem, bons meios de comunicação e de transporte, abastecimento, educação etc, teríamos isso tudo. Colocamos essa preocupação para ver também qual a política do Governo em relação à evasão das nossas riquezas, riquezas que vão saindo. E até se diz que temos preocupação enorme com os ladrões de dentro do Brasil, mas ficamos em posição de timidez com os ladrões de fora! Então, que só roubem os de fora, a quem evemos pagar mora pela "gentileza" que fazem, com o "rabo do Santanás" varrendo as nossas riquezas, por conta das nossas riquezas e das nossas mãos abertas demais! O que fazer, então, com esses ladrões de fora, que ficam roubando as nossas riquezas com o "rabo de Santanás", repito, por todos os limites do País?

Esta é a causa fundamental das nossas dificuldades aqui dentro. Portanto, quando criticamos o governo, queremos que também atente para isso, de maneira bem séria e tenaz, como está preocupado com as coisas aqui dentro.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª outro aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Deixe-me apenas concluir o raciocínio.

O Sr. Ney Maranhão — Eu e o Senador Jamil Haddad vamos ajudá-lo!

O SR. MÁRIO MAIA — Estamos de acordo. Por exemplo, sou um político que sempre fez política na base do trabalho profissional, subindo e descendo o rio Acre, os barrancos; sou conhecido lá. Agora, ultimamente existe o conceito nacional e local de que não é possível se fazer política se não se tiver muito dinheiro; só quem tiver muitos dólares acumulados é que pode fazer política. Já estavam conceituando assim, os nossos adversários que estão no Governo do Acre — políticos como Mário Maia estão fora do páreo, não vão ser reeleitos porque não têm dinheiro. Como vão eleger-se?

O Sr. Ney Maranhão — Graças ao Plano Brasil Novo, V. Exª está no páreo. O dinheiro dessas pessoas está todo guardado.

O SR. MÁRIO MAIA — Dizem as más línguas ou as boas línguas, línguas afiadas, que S. Exª, o Sr. Governador do meu Estado, por exemplo — dizem as más línguas, repito, porque não tenho como provar nada — acumulou substanciais recursos materiais em dólares para fazer a sua campanha, para concor-

rer comigo. Eu sou candidato à reeleição ao Senado Federal.

O Sr. Ney Maranhão — Quanto a isso, V. Ex^a pode ficar despreocupação.

O SR. MÁRIO MAIA — Veja V. Ex^a, uns disseram que ele tinha 12 milhões de dólares; já um adversário dele, Deputado Federal que lhe faz oposição veemente pelo jornal, disse que não são 12, mas 48 milhões de dólares. Eu não sei de onde um Governador poderia acumular tal quantia.

Eu o conheço, é de origem e família humildes, é um engenheiro civil e, antes de ser Prefeito de Rio Branco e Governador eleito do Estado, S. Ex^a era um funcionário da Construtora Mendes Júnior.

De modo que não sei como, nesses poucos anos — quatro anos de Prefeitura e quatro de Governo — acumularia uma poupança de 12 ou 48 milhões de dólares, porque estou há oito anos no Senado e estou devendo.

Talvez seja a minha incapacidade de fazer economia, porque não tenho outras fontes de renda. Já disse isso uma vez, pois deixei de ganhar honorários médicos e passei a ganhar honorários parlamentares, como os companheiros aqui.

O Sr. Ney Maranhão — a Veja V. Ex^a o descalabro a que chegou este País.

O SR. MÁRIO MAIA — Então, reparem bem: nesse ponto, louvo o Plano, porque ele jogou uma rede de arrastão e pegou baleias, tubarões, golfinhos, tainhas, sardinhas e lambaris.

O Sr. Ney Maranhão — Isso, Senador Mário Maia, foi a famosa Aliança Democrática.

O SR. MÁRIO MAIA — A que V. Ex^a, ontem, fez referência no seu discurso.

O Sr. Ney Maranhão — Foi isso que aconteceu: lotearam o Brasil, Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Realmente, estava um caos. Era um loteamento e uma imoralidade completa que precisavam ter um termo.

O Sr. Ney Maranhão — Um bandido desses, como V. Ex^a disse, já deveria estar na cadeia há muito tempo.

O SR. MÁRIO MAIA — Qualquer um dos postulantes a Presidente da República, creio, tomaria providências de austeridade e de seriedade, como as que o Presidente Collor está tomando.

O Sr. Ney Maranhão — E V. Ex^a está vendo o resultado.

O SR. MÁRIO MAIA — Sua Excelência, neste particular, apesar das divergências que temos...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Pediria ao nobre orador não permitisse o diálogo. Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^a deve pedir o aparte; V. Ex^a, velho Parlamentar, sabe que o diálogo não é permitido.

O Sr. Ney Maranhão — Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO MAIA — Estamos num diálogo tão salutar...

Gostaria de terminar este raciocínio sobre o Plano, ao qual não apresentei nenhuma emenda, diga-se de passagem, nem quanto ao limite dos 50 mil da Poupança. Entendo que o limite é pequeno, pois o pequeno poupador, o funcionário público, o pequeno comerciante ou o vendendor de rua, deixavam o dinheiro no banco, porque a inflação estava muito grande, ou seja, de 3% ao dia. E deixavam lá para não ser erodido o seu dinheiro, não porque estavam guardando para poupar o que sobrou, deixavam para não se desgatar. Portanto, esse limite foi muito pequeno. Mesmo assim, entendo que, passado um mês, começava-se a ganhar em cruzeiros, e a situação iria equilibrar-se.

Quanto às médias e pequenas empresas, o governo está fazendo as devidas correções.

Ainda hoje estava ouvindo um técnico dando explicações de limite de quinze milhões para as empresas e propondo que o Governo faça as devidas correções.

Louvo, nesta parte, os efeitos. Inclusive fizemos referência ontem, aqui, lendo uma notícia de **O Globo**, de que Prefeitos do Estado do Maranhão — Estado natal do Senador que está presidindo a Mesa — foram surpreendidos com depósitos públicos nas suas contas particulares.

O Sr. Ney Maranhão — Isso ocorreu em quase todo o Brasil.

O SR. MÁRIO MAIA — Também tive notícias de que em meu Estado isso está acontecendo e que alguns Secretários foram proibidos até de viajar, em virtude desse fato. De modo que o Presidente, nisso aí, tem todo o nosso apoio, todo o nosso endosso, e queremos ver, até o fim, a sua palavra cumprida de que vai colocar os ladrões na cadeia. Se forem surpreendidos essas autoridades que, realmente, tenham cometido esse peculato, sejam colocadas na cadeia imediatamente! Secretário, autoridade que tiver hum mil cruzados no seu nome, e esse dinheiro for público, tem que ir direto para Polícia Federal e, de lá, para a cadeia, logo responder a inquérito na cadeia, repito, como os pobres colonos que foram presos outro dia.

Fiz aqui cinco discursos sobre os colonos de Sena Madureira que foram protestar a respeito dos seus financiamentos de terra, no Procerá, e foram detidos, porque houve uma depredação; passaram mais de 60 dias presos e estão respondendo a inquérito, agora soltos, depois de muito intercedermos.

Veja bem: nisso, estamos de inteiro acordo e esperando que haja consequência objetiva, lógica e imediata.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a mais uma aparte? Serei rápido.

O SR. MÁRIO MAIA — Com a palavra V. Ex^a

O Sr. Ney Maranhão — Senador Mário Maia, estamos de pleno acordo. Tudo que V. Ex^a acabou de dizer é exatamente a realidade! Estávamos como no reino daquela novela — O Reino de Avilan! E agora, é possível haver tranquilidade nas próximas eleições de 3 de outubro. É um grande benefício que o Plano Brasil Novo está fazendo. V. Ex^a já pensou — conforme acabou de afirmar — o Governador do seu Estado e, em outras áreas, essa gente que estava com o dinheiro amealhado para comprar voto, para corromper e, agora, ficarem com esse dinheiro guardado ajudando o Governo e ainda com possibilidade de irem para a cadeia, aqueles que forem pegos? Só isso é uma tranquilidade para renovação do Congresso Nacional; foi um grande benefício. Agora, V. Ex^a sabe que, sobre esse problema da dívida externa, tínhamos, primeiro, de começar a arrumar a casa, pois na hora em ela que estiver organizada e os banqueiros, essa gente para quem devemos lá fora, ver que o Governo está com seriedade de organizar, primeiro, dentro de casa, e depois, negociar, só com isso ficaremos com uma vantagem muito grande, pode acreditar V. Ex^a; o que o Presidente falou, de que não iria, de maneira alguma, negociar, a fim de canalizar dólares para fora do País, contra o desenvolvimento nacional, pode ficar certo V. Ex^a, quando Sua Excelência estabeleceu o teto de 5 milhões de dólares foi porque a coisa deve ficar por aí. E tenho certeza, nobre Senador, que esses banqueiros que já ganharam demais, estão com a "burra" cheia, mas viram que podiam perder o resto de uma vez, vendo que este País está entrando nos trilhos da moralidade administrativa, da responsabilidade das coisas públicas; tenho certeza absoluta que eles vão submeter-se, vão colaborar com o Brasil. É muito simples, nobre Senador; vou dar um exemplo: caso a pessoa seja um comerciante e deva a um Banco, mas a família, tem dois ou três carros, passeia na Europa e as empresas continuam sem uma administração correta, o banco não vai querer emprestar dinheiro a esse comerciante; no mínimo, vai querer executá-lo para pegar alguma coisa. Mas se vende os carros, fica com a firma organizada e com economia, tenho certeza absoluta que é resultado da situação atual do País. O País ia todo dia, toda semana, todo mês se reunir com banqueiros internacionais; prometia uma coisa, firmava Carta de Intenção, toda enrolada, porque sabia que a "casa da mãe Joana" estava pronta aqui, ninguém se entendia! Então, o resultado foi esse, até agora. Mas tenho certeza que V. Ex^a, como eu, como o Congresso Nacional e o povo brasileiro, confiamos neste Presidente, porque é diferente. Permite-me, peço desculpas, mas o maior arrependimento que eu tive na vida, foi votar naquela chapa Jânio-Jânio e Jango responsáveis por tudo que aconteceu neste País, até hoje. O homem que está na Presidência da República tem uma diferença de Jânio Quadros: têm coragem pessoal e coragem cívica. E este País, conosco, vai entrar nos trilhos e será e será sério, e não

como aquele a que Charles de Gaulle se referiu citando as palavras de um Embaixador — que o Brasil não é um País sério. Vai ser, agora, um País respeitado, preferindo ser o último do Primeiro Mundo, do que o primeiro do Terceiro. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O tempo de V. Ex^a está esgotado, nobre Senador. Peço a V. Ex^a conclua e não permita mais apartes.

O SR. MÁRIO MAIA — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela advertência, e nobre Senador Ney Maranhão, pelo aparte. É por isso que estou aqui fazendo estas críticas construtivas, creio, mostrando não os defeitos do Plano, mas os erros que estão acontecendo na velocidade com que se quer implantá-lo, e essa velocidade vem causando várias preocupações e erros. V. Ex^a falou em arrumar a casa; se se arrumar a casa muito aceleradamente, ou limpar a casa de maneira muito acelerada, perde-se a visão do conjunto da limpeza, os cantos ficarão com sujeiras acumuladas, como debaixo de alguns móveis. Aqui estamos chamando a atenção para o que ocorreu: um Ministro entrou, passou uma semana e saiu; a Interbrás foi extinta há dez dias, mas, faz negócios, como está aqui no jornal:

“A Interbrás fecha negócios depois de sua extinção.”

E diz:

O Iraque, que inspirou a camuflagem, já foi um dos maiores troféus do comércio exterior brasileiro e ainda garante um terço das importações de petróleo, pago em parte pela exportação de produtos variados.”

Então, parece que o Brasil ia pagar esse petróleo com manufaturados, com carne, e tinha que fazer o negócio, mas eles só negociavam com a Interbrás, que era um órgão com o qual estavam acostumados a transacionar. Mas a Interbrás não existe mais. Então, vamos comprar a carne na Argentina, vender o petróleo para a Argentina. Damos um jeito.

O Presidente não pode atrelar-se àquele país “do dar um jeito”, porque isso aqui foi “dar um jeito”: fizeram o contrato com assinaturas e datas anteriores à extinção da Interbrás.

Pergunto: é ou não necessário a existência da Interbrás? Cabe ao Governo fazer uma revisão e verificar se, nessa pressa de extinguir várias empresas, se há ou não necessidade de incluir a Interbrás. Neste primeiro exemplo já vimos que há necessidade da existência da Interbrás para fazer esse negócio.

Então, que o Governo volte atrás na decisão de extinguir a Interbrás, com o argumento de que é um órgão necessário às negociações de troca de petróleo e compras lá fora.

O Sr. Ney Maranhão — Permita-me V. Ex^a?

O SR. MÁRIO MAIA — Nobre Senador Ney Maranhão, lamento, mas não posso conceder apartes, porque já fui advertido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex^a já extrapolou o tempo, nobre Senador. Eu gostaria de ouvi-lo o dia todo, mas temos um Regimento.

O SR. MÁRIO MAIA — Concluo as minhas considerações, Sr. Presidente, fazendo votos para que o Governo as ouça e as acolha como cooperação de uma Oposição séria e construtiva para o bem do Brasil. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MÁRIO MAIA EM SEU PRO- NUNCIAMENTO:

INTERBRÁS FECHA NEGÓCIOS DEPOIS DE SUA EXTINÇÃO

Diante do secretário de Energia, Luiz Osvaldo Norris Aranha, e com o aval político do ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, a Interbrás, no sábado passado, fora de expediente e oito dias depois de extinta pela Medida Provisória 151, fechou com o Iraque um contrato de exportação de 144 mil toneladas de açúcar e 10 mil toneladas de carne.

Os acordos, feitos no dia 24, por exigência do Iraque, que não dispensava a intermediação da Interbrás na troca de mercadorias pelos 200 mil barris de petróleo que fornece ao Brasil, têm datas falsas, anteriores à posse do presidente Fernando Collor, que decretou o fim da estatal. Tentou-se, com o artifício, atender os dois governos.

A trapalhada dos contratos póstumos teve lances de comédia. Chegou na portaria do hotel Méridien, em Copacabana, a missão iraquenana que veio tratar da renovação dos acordos e, na recepção, soube que as reservas estavam canceladas porque feitas em nome de uma empresa já então clandestina. Foi preciso que a Petrobrás, mãe da Interbrás, bancasse a conta.

O Iraque, que inspirou a camuflagem, já foi um dos maiores troféus do comércio exterior brasileiro e ainda garante um terço das importações de petróleo, pago, em parte, pela exportação de produtos variados. No congresso, discute-se a exclusão da Interbrás da lista de estatais condenadas pela Medida nº 151.”

Durante o discurso do Sr. Mário Maia, o Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Maia, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 2º Vice-Presidente

O Sr. Jamil Haddad — Peço a palavra como Líder, de acordo como o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, discute-se muito se se deve ou não aumentar o saque da caderneta de poupança, se se deve ou não estudar uma prorrogação do prazo, discutem-se coisas menores e, no entanto, há um enfoque que não tem sido feito e que é preciso que fique bem claro.

Coloca-se essa medida relacionada com o enxugamento de 115 bilhões de dólares na economia. Uns dizem que é confisco — na realidade, pode ser assim entendido. Mas, outros dizem que não há confisco, porque será devolvido. Outros dizem que não é empréstimo compulsório, porque não é específico em determinado assunto. Mas, esquecem-se que existe um dispositivo na Constituição Federal do direito adquirido.

Quando abro uma conta num banco, quando o senador o Edison Lobão abre a sua caderneta de poupança, assinamos um contrato dentro de certas regras. Num determinado momento, o Governo resolve que o depositante só tem direito a retirar 50 mil cruzeiros — o resto fica bloqueado, para ser devolvido, ou não, daqui a 18 meses.

Essa mudança da regra só poderia vigorar a partir do momento que é editado o ato. Não pode, em absoluto, retroagir porque existe um dispositivo constitucional do direito adquirido. São contratos feitos entre aqueles que vão aos bancos e que acreditam no sistema financeiro e fazem as suas propostas, aceitam certos financiamentos ou o acesso a essas aplicações.

Mas, Sr. Presidente, gritamos neste plenário, acompanhado de inúmeros outros Senadores, de que existiam ilegalidades naquelas medidas provisórias relacionadas com crimes contra a economia popular, porque a lei é clara, só com a lei é que poderão ser aplicados as punições. A medida provisória só é lei a partir da sua aprovação ou a partir da edição de uma nova medida, caso seja rejeitada, continuará tendo efeitos legais, tendo que vir como mensagem ou através de um projeto de lei de algum senador ou deputado.

Gritávamos dizendo que estávamos contra o Plano, que queríamos anarquia fiscal do País, que estávamos querendo ajudar àqueles especuladores, ajudar àqueles que aumentavam os preços.

Infeliz do país que não cumpre a sua Constituição. Queremos a Constituição que fizemos e que foi jurada pelo Presidente da República em um discurso belíssimo em que ele dava grande valor aos Três Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo e, no entanto, medidas flagrantemente inconstitucionais são remetidas para esta Casa. Dizia o Presidente, àquela época, que não admitiria se mexesse no elenco de medidas, pois o Presidente é o imperador e a sua palavra é que tem validade.

É preciso, Sr. Presidente, e até entendo, pois é um jovem, ainda afoito, com um preparo físico excepcional, pratica vários esportes,

tem uma grande atividade física. A esses roubos de querer decidir tudo, achando que é o dono da verdade, que pode resolver tudo sem a ajuda de ninguém, mas é necessário que se lembre de que existem regras imutáveis dentro do processo constitucional e Sua Excelência foi eleito dentro do que preceitua a Constituição. Foi eleito numa eleição democrática, que só não foi totalmente democrática em razão do abuso do poder econômico.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Mas quanto ao restante — aqui rendo minhas homenagens ao Presidente José Sarney — nunca houve uma eleição tão livre neste País quanto esta última eleição.

Sua Excelência foi eleito. E 35 milhões de brasileiros deram o voto a Sua excelência; e um dos fatores que o levou à vitória — e aí, Senador Ney Maranhão, refuto o aparte que V. Ex^a deu ao Senador Mário Maia, quando disse, que o Presidente está cumprindo o projeto de campanha, não está! — a arma que usou contra a candidatura da Frente Brasil Popular era a de que, se Lula fosse eleito, confiscaria as cadernetas de poupança...

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — ... e, no entanto, quem confiscou foi Sua Excelência. A população acreditou em sua palavra e, no entanto, está com suas cadernetas confiscadas. Tenha o nome que queiram dar, mas o dinheiro não pode ser retirado. Então, aquele dinheiro está confiscado.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Dizia-me o Senador Alexandre Costa, que ora preside a sessão, e vi isso também: "Eu tinha dinheiro na conta-ouro do Banco do Brasil — uns pequenos trocados, 270 mil cruzados novos. Quando cheguei lá ontem, eu estava com um débito de 15 mil cruzeiros, tendo 270 na conta. Isto porque os 270 haviam sido extornados e havia entrado um cheque meu de 15 mil. Então, estou devendo ao Banco. Este é um exemplo. Imaginem V. Ex^s. o que está acontecendo na rede bancária nacionalmente! Está todo mundo em débito, tendo dinheiro no banco! Então, estou devendo 15 mil cruzeiros, tendo 270 mil no Banco, que foram extornados. Se eu solicitar 20%, de acordo com as regras do jogo, desses 270 mil cruzados novos, terei 54 cruzeiros. Então, eu tenho saldo!

Isso é para mostrar que, na realidade, o Governo tinha um plano: "Vou botar esse plano em ação e depois vamos acertando". Como diz Sua Excelência, "estamos com a mão na torneira". Mas, se abrir demais, inunda e pode enferrujar; e, na hora em que quiser botar água, a torneira não abre.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Não se pode brincar com medidas sérias. Este é um problema seriíssimo que estamos enfrentando. Ninguém aqui quer inflação.

Fala-se que a inflação veio a zero e que os salários serão congelados agora. No entanto, estamos vendo lista de aumento de preços de produtos. Quer dizer, congelam-se os salários e se permite o aumento de preços.

Honestamente, dentro do meu raciocínio, estou acostumado a fazer prognósticos como médico.

Quanto ao prognóstico do Plano Collor, por mais que eu queira achar que vai dar certo, tenho preocupações muito grandes.

Estive no seu Estado, como disse, anteontem, quando ingressou nosso Partido, para grande felicidade nossa, o Governador Miguel Arraes. Soube de um detalhe que V. Ex^a já deve saber, extremamente preocupante. O jornal local, da televisão, declarava que cerca de 100 mil cortadores de cana estavam ameaçados de desemprego em razão, primeiro, da entressafra e, segundo, pela falta de capital de giro das empresas. Cem mil cortadores de cana só no Estado de Pernambuco! Se isso não é recessão, se isso não é desemprego, se isso não pode gerar uma grande crise social, não sei o que é, então, o desemprego, o que é crise social, não entendo mais nada em termos de análise.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Ouço V. Ex^a com toda a satisfação.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Jamil Haddad, V. Ex^a é um Senador que neste Senado só trata de assuntos sérios, assuntos que a nação inteira ouve com cuidado e com atenção. V. Ex^a pelo seu passado, pelas lutas que sempre teve em defesa das classes trabalhadoras, das classes mais humildes, enfim, de todo o segmento desta Nação, V. Ex^a tem o respeito deste Senado, tem o respeito do povo brasileiro e do povo que, principalmente, V. Ex^a tão bem representa. V. Ex^a, no Estado de Pernambuco nós fomos eleitos pela Frente Popular, e sabe também que tenho um grande respeito ao Governador Miguel Arraes. O que V. Ex^a acaba de citar, em primeiro lugar, quanto à caderneta de poupança, como acabei de dizer ao nobre Senador Mário Maia, o segredo foi a alma deste plano. Ninguém sabia — e V. Ex^a vai concordar — foram pegos de surpresa os "tubarões", aqueles, como acabou de dizer o nobre Senador Mário Maia no seu Estado, aqueles que estavam com dinheiro guardado, amalhado, preparado para campanha e tantos outros, não para campanha, mas para outras coisas. Isso tudo está preso. Logicamente, nobre Senador, se este plano vazasse, quem iria ser pego seria o pequeno, não o grandão. O que quero dizer é o seguinte: a caderneta de poupança onde hoje o limite de disponi-

bilidade é de 50 mil cruzeiros, isto, Senador, porque 90% do pequeno poupador só têm isso mesmo. Fique certo que, dentro de pouco tempo, de acordo com o desenvolvimento deste plano, a torneira vai abrindo um pouquinho para facilitar a quem? O poupador da classe média que tem 300, 400 ou 500 mil cruzados. Esse não é explorador, não é o homem que vive na ciranda financeira, não é o homem do boato de fim de semana que levantava o dólar 10, 15, 20%, que ganhava o dinheiro, vendia fábricas, vendia os negócios para ficar à tripa-forra, passeando por aí, todos os dias, com juros de 3% ao dia, às custas do povo brasileiro. Quero dizer a V. Ex^a que, no Estado de Pernambuco, disse ao Presidente Fernando Collor de Mello — isto aconteceu comigo, Sr. Presidente, na semana passada, quando fui recebido como Líder do Partido de Sua Excelência aqui no Senado — mas disse a Sua Excelência e posso falar a V. Ex^a e a todo o Senado que fui o primeiro Senador que o apoiou, mas posso romper com o Presidente Fernando Collor de Mello amanhã, se eu sentir que Excelência vá tomar uma posição contra o povo brasileiro, contra o povo do Nordeste. V. Ex^a sabe que eu sou um homem que não tenho "papa na língua" e não tenho arrodeio. Sofri, fui cassado, fui até para a cadeia — V. Ex^a esteve até lá no Palácio da Cultura, lá que, hoje, é o Capiberibe Palace — passei 8 meses lá dentro. Esse homem está com boa intenção, nobre Senador. Pode V. Ex^a ficar certo de que os defeitos que o plano tem, Sua Excelência será o primeiro a reconhecer, como reconheceu nas outras duas medidas. Falei com o Presidente na semana retrasada, quando havia um problema com 500 mil trabalhadores no Nordeste — todos os Sindicatos de Plantadores de Cana tinham o dinheiro, mas não podiam retirá-lo, porque somente podiam fazê-lo as pessoas físicas e não jurídicas. Sua Excelência, na hora, ligou para a Ministra Zélia Cardoso de Mello e eu fui com o Líder do Governo na Câmara, o Sr. Deputado Renan Calheiros e foi imediatamente resolvido esse problema. V. Ex^a, agora mesmo, pode ver a linha de crédito que está sendo dada para os micros, — médios e os grandes empresários, com juros lá embaixo. Nobre Senador — V. Ex^a tem razão, V. Ex^a é um Senador de oposição e nós precisamos de uma oposição construtiva como a de V. Ex^a e a do Senador Mário Maia. Precisamos, sim, desse tipo de oposição, mas não de uma oposição sem quartel, radical. V. Ex^a, como o Senador Mário Maia, pensam no bem do Brasil e eu respeito V. Ex^a neste sentido. Quanto ao problema dos 100 mil trabalhadores, que V. Ex^a acabou de citar, eu, desta tribuna, defendi o Governador Miguel Arraes, porque lá nós temos o Programa "Chapéu de Palha" onde, neste interregno, de três ou quatro meses, em que os trabalhadores ficam sem trabalho, o Governador conseguiu que a maioria das usinas doassem 100 hectares de terra e o Governo do Estado paga um salário para fazer limpezas de estradas, obras naqueles municípios e os trabalhadores rurais

continuam ganhando esse salário para não morrer de fome. Entendo que isso, Senador, deve ser um exemplo para todo o Brasil. Quero falar sobre o Plano de Abastecimento de Pernambuco, por onde passam hoje 800 mil trabalhadores no sacolão do povo de Pernambuco. Trouxe esse plano para o Presidente e disse ao governador: "Governador Arraes, eu preciso que V. Exª me ajude e me dê o Plano de Abastecimento de Pernambuco, para que eu possa levar ao Presidente. Esse plano será executado neste País, não será mais o sacolão do povo de Pernambuco mas o sacolão nacional. Está provado, Senador, estamos acabando com essa Cobal, que era uma fonte de corrupção, estamos acabando com a CFP, com a Seai, com essa gente toda que, quanto mais se desorganizava, mais roubava. Fui Presidente da Cobal em cinco Estados do Nordeste, por isso conheço muito bem os homens de bem, que querem ver um plano sério para este País. E os bandidos? Conheço-os todos! E eu disse ao Governador Miguel Arraes: "Tenho certeza de que, se Luiz Inácio fosse o Presidente do Brasil, V. Exª colocaria esse plano em marcha! V. Exª é um líder, é um homem que todo o País respeita, assim como eu." Sou o Líder do Governo aqui, mas o retrato de S. Exª está no meu Gabinete, porque eu o respeito muito. É um homem da oposição, mas do diálogo! É um homem que, inclusive, V. Exª sabe, veio à posse do Presidente da República. Então, quero dizer que esse plano, que seria executado pelo Luiz Inácio, será executado pelo Governo Collor, é o plano do sacolão nacional! Era o que tinha a dizer a V. Exª e peço desculpas pelo meu aparte ter sido tão longo!

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Ney Maranhão, sei que V. Exª é uma pessoa séria, honesta, respeitada pelo seu passado, pelo seu presente político, V. Exª tem o direito de acreditar — e acho válido — nesse novo Governo. Mas, democracia tem dois componentes para ser democracia. Numa democracia não existe unanimidade; existe o Governo e existe oposição. Sou oposição, porque vejo coisas que não admito dentro da minha visão política. Quando digo que Sua Excelência o Presidente da República induziu a população a aumentar seus depósitos na caderneta de poupança, quando declarou que nós, da candidatura da Frente Brasil Popular, é que iríamos confiscá-la... Sua Excelência armou um programa com Ferreira Neto, que só passa em São Paulo, em cadeia nacional, no qual enfatizou violentamente o fato; no segundo debate, colocou taxativamente isto perante toda a população brasileira. Então, Sua Excelência, até por uma questão ética, deveria congelar, sim, todos os grandes depósitos em cadernetas de poupança após o seu pronunciamento, mas nunca misturar especulador com poupador.

A classe média tem uma visão de ascensão perante a sociedade, assim, consegue poupar, às vezes se prejudica, coloca um pouquinho mais na caderneta, porque seu carro já está

velho, quer fazer a permuta do carro, quer melhorar seu apartamento. É uma ascensão desejada pela classe média. Nada poderá ser feito neste momento, suas poupanças — e não especulações — estão bloqueadas durante 18 meses.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nobre Líder, o tempo de V. Exª já extrapolou, não permita mais apartes porque V. Exª está prejudicando justamente o aparteante, que será o próximo orador.

O SR. JAMIL HADDAD — Quero apenas fazer mais um enfoque. Vi uma imagem na televisão em que lideranças empresariais que foram de ônibus, do SESI, ao Palácio, segundo li nos jornais, em que o Presidente, em posição de sentido, ouvia o nosso Colega Albano Franco falando e em seguida declarava: "Eu disse ao meu irmão que se virasse para arranjar o dinheiro para pagar os empregados". Quem vai ser prejudicada será a classe trabalhadora, porque, "vocês façam acordo, paguem em duas ou três vezes..." Agora, o trabalhador tem os seus compromissos, como é que ele vai pagar a conta de luz, as contas do armazém e seus compromissos? Esse problema que os descamisados, os pés descalços estão liberados nesse momento, porque não têm dinheiro na caderneta de poupança, isso é uma falácia, porque o desemprego na construção civil, que hoje é uma brutalidade, quem está lá são os pés descalços, os descamisados, são os primeiros a sofrer, são esses justamente. Até um grande amigo meu disse-me assim: "Não, ele está falando que quem vai sofrer são os pés descalços, mas são aqueles que estão lá na praia, em Copacabana, tomando seu banho de mar e estão descalços, lá, na beira d'água etc.". Quer dizer, a coisa chega a raias até jocosas, é um humor negro. Então, quero dizer a V. Exª, Senador Ney Maranhão, V. Exª sabe a estima e a admiração que tenho por V. Exª, porque acho justo, o Governo tem que governar aqui, que tentou, sem eu poder entender, bloquear um requerimento da minha autoria, para que aqui viesse a Ministra da Economia, como se fosse coisa nova na vida do Senado convocar-se um ministro para vir aqui prestar esclarecimento.

E, para preservar, quando apresentei o projeto ontem, considerando as cadernetas de poupança intocáveis, é claro, daqui para a frente, é para que volte a haver confiança da população nos mecanismos de aplicação financeira. E digo, porque vi aqui neste Senado, no dia do pagamento dos funcionários, os funcionários saírem com sacolas cheias de dinheiro.

O Sr. Ney Maranhão — Mas está voltando para a poupança, Senador.

O SR. JAMIL HADDAD — Levaram o dinheiro para casa porque não acreditam mais nas aplicações, porque não sabem se vão receber, não sabem como é que vai ser. Um elemento da sua equipe disse que seria devolvido em bônus, aí a Ministra disse assim: "Não, vai ser em cruzeiros".

O Sr. Ney Maranhão — Mas a Caixa Econômica já está com 153 mil, Senador.

O SR. JAMIL HADDAD — É um time que joga cada um para si, não há conjunto. Quer dizer, pessoas do mesmo time, um diz uma coisa, outro diz outra. Há necessidade, nobre Senador, de haver um mínimo de identidade na equipe. Um Secretário renunciou porque não tinha o direito de indicar um seu auxiliar, e era um homem de confiança da Ministra Zélia Cardoso.

Então, o que quero, o que o Brasil quer é, na realidade, um País diferente. Não queremos que continue o que havia no passado.

Agora, quero saber quando se fala que vai acabar o BNCC, o dinheiro já acabou pela medida provisória, o dinheiro dos funcionários, dos cooperativados está bloqueado, eles não podem mexer naquele dinheiro, e, no entanto pergunto se vão ser apurados os responsáveis pelo empréstimo; a Capemi pelos bônus japoneses...

O Sr. Ney Maranhão — Pode ficar tranquilo, Sr. Senador, que vai ser apurado.

O SR. JAMIL HADDAD — ...ou será mais uma queima de arquivo igual à do BNH, em que todos aqueles problemas: acabou-se o BNH, queimou-se o arquivo e nada mais aconteceu.

Nobre Senador, o Presidente me alerta, já passei do meu tempo.

Continuarei nesta Casa fazendo, a minha oposição, consciente de que o meu Partido, que compôs a Frente Brasil Popular, teve 31 milhões de votos no segundo turno, nos delegou o direito de sermos oposição ao Projeto Collor de Mello.

Sr. Presidente, eram estas as considerações que desejava fazer, para constar dos Anais desta Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O nobre Senador Ney Maranhão tem a palavra por 20 minutos.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiramente, congratulo-me com o Secretário de Assuntos Energéticos, Dr. Luiz Aranha, porque ontem, juntamente com o Senador Mansueto de Lavor, levamos a S. S. as apreensões do Sindicato dos Trabalhadores da Chesf dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, Estados em que estava preparada e autorizada por assembleias um greve, em razão do não-pagamento dos salários aos seus funcionários. Greve justa, porque deixa de pagar os salários é um absurdo!

Há mais de seis meses estive nesta tribuna para alertar o Governo quanto ao débito das companhias distribuidoras de energia de todo o Brasil, seções dos Estados, onde somente as empresas da área do Nordeste deviam à Chesf se não me engano, naquela época treze bilhões de cruzados novos. Enquanto que os Estados do sul, Minas Gerais, São Paulo até o Rio Grande do Sul, o débito

para com o Sistema Eletrobrás estava acima de cento e trinta bilhões de cruzados novos. Isso significa o quê? A paralisação do Sistema Eletrobrás e a paralisação dos investimentos nesta área.

E o que está acontecendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Uma Campanha como a Chesf que era um exemplo de administração, de capacidade no desenvolvimento do Nordeste vem tendo seus recursos retidos pois chegou-se ao ponto dessas companhias estaduais receberem energia do Sistema Eletrobrás e da Chesf repassarem essa energia às indústrias e aos consumidores, e, no fim, receberem o dinheiro desse consumo e não repassarem ao Sistema Eletrobrás e à Chesf; passarem a desviar esses recursos — porque temos certeza que uma parte grande desse dinheiro foi desviada para obras nos Estados. A que nível chegou o grau de desmoralização e irresponsabilidade pela coisa pública?

Sabem o que aconteceu, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Ontem, assisti ao Dr. Luiz Aranha, juntamente como os sindicalistas, dizer que mantivera entendimento com todas essas companhias — entendimento duro, entendimento para que eles devolvessem aquilo que não era deles; era do povo, e estava prejudicando, tremendamente o desenvolvimento energético do País, principalmente para o Nordeste, porque sem a energia no Nordeste não temos irrigação, e se não temos irrigação, não temos emprego, não temos desenvolvimento. E o setor estava sujeito a uma greve por falta de pagamento de salários.

O recado dele foi duro, foi curto e grosso: ou essas companhias sentam-se à mesa e regularizam seus débitos, dentro daquilo que seja viável ou o Governo simplesmente irá intervir nessas companhias estaduais, seja ela qual for.

Qual foi o resultado, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Uma boa parte dessas companhias no Nordeste sentou-se à mesa de negociações e o “dinheiro” apareceu. Com isso, evitou-se que segunda-feira os operários e funcionários da Chesf entrassem em greve. Isso significa dizer que o Governo está entrando com seriedade e exige seriedade também daqueles governadores, daqueles prefeitos, enfim, de todo o arcabouço da administração pública brasileira.

Portanto, juntamente com o Senador Mansueto de Lavor, congratulo-me com o Secretário de Assuntos Energéticos, Dr. Luiz Aranha, e mostro que o operariado brasileiro hoje está consciente e não mais aceita greves políticas; aceita greves que justifiquem aquilo a que eles têm direito.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, era a informação que desejava trazer ao Senado Federal, nesta sessão, como um exemplo de maturidade dos trabalhadores do Nordeste e do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro o retorno à sua cadeira na Câmara, do Deputado Federal Carlos Sant'Anna, que no dia 15 de março deixou o cargo de Ministro da Educação do Governo José Sarney.

O Deputado Carlos Sant'Anna, no último Governo, teve papel importante, atuação merecedora de registro positivo, pelo que empreendeu, primeiro como Ministro da Saúde e, depois, na Pasta da Educação.

Professor universitário que é, conduziu com a sua equipe técnica a elaboração de quatro documentos relativos ao quadro educacional do País: Política Nacional de Educação, Realizações do Ministério da Educação, Informações do MEC à Elaboração da Mensagem Presidencial e Anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As diretrizes que nortearam a ação do Ministério da Educação no seu período estão classificadas em dois grupos: as áreas institucional e operacional. Ambas estão inter-relacionadas, complementando-se aqui e ali, para o resultado final positivo.

Na área institucional, detectou a necessidade premente de impulsionar o desenvolvimento de mecanismos de avaliação do sistema educacional e de suas instituições, para que a elaboração do Plano Nacional de Educação seja factível e a formulação de políticas públicas se façam à base de informações seguras e confiáveis.

Cuidou, também, do aprimoramento funcional da administração educacional, como um imperativo inadiável, dada a complexidade do sistema educacional brasileiro e as exigências da sociedade por melhor educação.

Promoveu a circulação dos conhecimentos e das experiências entre nações amigas, reforçando o compromisso universal com a educação como fator de desenvolvimento integrado e bem-estar social e de paz entre os povos. O Ministério da Educação participou de eventos internacionais relevantes, transmitindo experiências, absorvendo outras.

Foi dada ênfase à discussão, análise e avaliação da educação como um todo, no momento em que mudanças na legislação, a partir da nova Constituição, determinam seu ordenamento.

Ressalte-se a transformação do Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional da Educação, para adequá-lo à organização dos sistemas de ensino, prescrita na nova Lei Básica de Educação Brasileira, recebendo nova competência e nova composição.

Na área operacional, destaco, durante a gestão do Deputado Carlos Sant'Anna como Ministro da Educação, a atenção com o ensino fundamental de qualidade, mecanismo insubstituível de democratização do saber e da eliminação do analfabetismo.

Quanto ao ensino médio profissionalizante, tratou de dotá-lo de condições capazes de torná-lo adequado ao dinamismo do sistema produtivo que, por incorporar os constantes avanços tecnológicos, demanda técni-

cos bem qualificados, para funções cada vez mais complexas.

Preocupou-se o Ministro Carlos Sant'Anna com a necessidade de se estabelecer como critério básico para expansão do ensino superior a capacidade de a instituição oferecer serviços educacionais de alta qualidade, reclamada por toda a sociedade.

Teve em conta como indispensável a criação de um clima institucional favorável ao surgimento de inovações capazes de anular os efeitos da burocracia perversa e de impulsionar soluções para os grandes desafios da educação brasileira.

A administração do Ministro Carlos Sant'Anna permitiu a implantação e a implementação de alguns programas que caracterizam inovação no campo educacional. Menciono alguns: o Proenco, Programa de Empreendimentos Conjuntos para a Expansão da Educação Tecnológica; o Fiped, Programa de Formação Interdisciplinar para Pesquisas e Desenvolvimento; o Proninf, Programa Nacional de Informática Educativa; o ensino à distância; o Pedagogium, para preservar os documentos existentes na biblioteca do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; no campo da educação física e desportos, a Lei de Bases e Diretrizes do Desporto, a Lei de Benefícios Fiscais para o Esporte, a reformulação da filosofia dos Jogos Escolares Brasileiros. No campo da educação e saúde, teve-se o Ministério da Educação em minuciosos estudos visando à articulação entre os projetos educacionais e o setor de saúde, ora em processo de reestruturação no País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito poderia falar a respeito da profícua administração do Deputado Carlos Sant'Anna como Ministro do Governo José Sarney. Mas um particular registro desejo fazer: foi ele quem, como Ministro da Saúde, deu todo apoio à instalação do Grupo Assessor do ministério para o combate ao tabagismo, luta que venho desenvolvendo há muitos anos de minha vida pública, com o objetivo de demonstrar à sociedade brasileira, especialmente aos jovens, os malefícios que o fumo traz para a vida humana.

Para finalizar, é de justiça registrar que o Ministro Carlos Sant'Anna sempre foi sensível aos pleitos que lhe foram encaminhados como reivindicação justa do povo do Estado de Sergipe, que lhe é, por isto mesmo, para sempre agradecido.

Ao Deputado Carlos Sant'Anna, homem de reconhecido espírito público, os meus agradecimentos. E que Deus continue a conduzi-lo nas ações que certamente empreenderá nos últimos meses deste mandato que tem na Câmara dos Deputados, sempre defendendo os pleitos e anseios do povo da Bahia. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Esgotou-se hoje o prazo previsto no art. 91, § 4º do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido de inclusão em Ordem do Dia, das seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 223, de 1989, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que dispõe sobre a inclusão das creches e estabelecimentos similares no Programa Educacional Brasileiro; e

— Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1989, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que dá nova Redação ao art. 125 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

As matérias foram apreciadas conclusivamente pela Comissão de Educação. Tendo sido aprovadas, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1989 (nº 7.819/86, na casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a doação ao Centro dos Estudantes de Santos, com sede em Santos, Estado de São Paulo, dos direitos e obrigações relativos ao Imóvel que menciona.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— A Presidência lembra aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se segunda-feira próxima, dia 2 de abril, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 27-3-90 É QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Mikhail Gorbachev declarou em seu livro *Perestroika*:

“Concluímos que medidas tímidas não funcionam e que precisamos atuar com firmeza e energia em uma frente ampla, não fraquejando diante da necessidade de tomar medidas corajosas e imprescindíveis.”

Este foi um princípio defendido por Mikhail Gorbachev em seu livro *Perestroika*. Foi este homem quem reformou, quem alterou completamente a vida da União Soviética e, certamente, também com sua teoria está influenciando na transformação do mundo.

Ao iniciar este discurso, quero declarar que na primeira conversa que mantive com o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, em companhia do Senador João Lyra, declarei que Sua Excelência encontraria dois fatores para os quais teria que dedicar maior aten-

ção: um era o Orçamento da União e o outro, a Constituição. O Orçamento da União porque é um orçamento de “mangas curtas”, porque se pensava no Presidente José Sarney e se encurtava tudo. O orçamento diminuía todas as verbas. Agora, para consertar, o Orçamento o Poder Executivo necessita da manifestação do Congresso, na maioria dos casos, para poder reajustar o Orçamento, e a sua vida financeira.

O outro fator a que me referi é o que diz respeito à Constituição. Esta Constituição que foi por nós votada, que está inteiramente em vigor e que o Presidente da República tem, em todas as circunstâncias, jurado cumprir em todos os seus termos.

Esta Constituição se torna difícil, porque foi elaborada, muitas vezes, debaixo de atropelos, incluímos nela medidas populistas, medidas maldosas para atendimento de lobbies que se faziam na ocasião, contra as quais protestamos na época, como a que dizia que aquelas medidas só seriam aplicadas “na forma da lei”, o que quer dizer que inúmeras dessas medidas que estão inseridas na Constituição, dando benefícios, enganando o povo, só se tornarão válidas depois que o Congresso Nacional examiná-las e transformá-las em lei, transformar a execução “na forma da lei”. Sem a regularização dos dispositivos que estão sujeitos “na forma da lei” não podemos cumprir a Constituição.

Este é um fato importante, que precisamos votar bem, porque está passando, muitas vezes, despercebido. E se alega por aí que o Congresso, após todo esse tempo, ainda não regulamentou vários itens da Constituição. Talvez, 40% desta Constituição sejam “sob a forma da lei”. Quarenta por cento dela precisam ser regulamentados. E essas regulamentações só virão de acordo com cada fato que aparecer. Não é novidade que esta Constituição não seja regulamentada dentro de um ano, porque a nossa última Constituição foi revogada com a maioria dos seus dispositivos não regulamentados.

Disse, então, ao Senhor Presidente, que tinha vindo de Arapiraca — ou não sei qual o lugar de Alagoas — e com audácia tinha chegado à Presidência da República, e, portanto, Sua Excelência poderia, com firmeza, enfrentar todos esses problemas, sobretudo quando declara — e é verdade — que representa os seus Ministérios. Sua Excelência é o próprio Ministro de todos os Ministérios. Esse fato pode fazer com que Sua Excelência enfrente dificuldades que surgem a todo momento e a toda hora, antecipando-se ao plano que foi proposto à Nação.

O Plano elaborado pelo Presidente Fernando Collor tem por objetivo principal o quê? O combate à inflação. Esse é o ponto básico, porque a inflação estava devorando toda a economia brasileira; inflação causada por vários e diversos fatores que faziam com que a população fosse enganada, pensando que vivia bem, podendo fazer as suas vilegiaturas, podendo usar as boates, os restaurantes finos e tudo o mais, podendo viajar nas suas férias, quando, na realidade, isso era apenas uma

mentira. O povo estava vivendo essa mentira como se estivesse usando o ópio, sem sentir, o que a inflação traz e se faz acompanhar. Mas ninguém via, por outro lado, a miséria crescente, o problema social agudo que se encontrava em todos os pontos e que nos aproximava até de uma convulsão social. Era uma forma enganosa de se apresentar uma parte da população vivendo em uma alegre orgia. E daí, o que víamos era a insegurança, insegurança em todos os Estados da Nação, em todos os lugares. Víamos todos os dias os assaltos, os seqüestros, os roubos, as delinquências, os piveles, as crianças abandonadas nas ruas e tudo o mais. Tudo isso é o resultado de quê? De uma estrutura econômica, de uma estrutura social, de uma estrutura financeira que não atendia mais aos pontos principais indispensáveis ao equilíbrio de qualquer nação.

O Plano apresentado pelo Presidente Collor é audacioso, como não poderia deixar de ser. Sua Excelência sempre declarou que só tinha uma bala no revólver para matar a inflação, o que quer dizer que se não tomasse uma medida certa, violenta, audaciosa, não conseguiríamos chegar a reforma alguma. Somente com medidas pensadas, medidas que atendam realmente às necessidades do País, poderemos chegar a um resultado positivo. Caso contrário, ficaremos no mesmo sentido, na mesma posição, no mesmo diapasão em que temos vivido até então.

O Congresso joga a sua cartada, como o Presidente da República, como o Poder Executivo jogam a sua cartada, cada um no seu ponto, cada um na sua posição, porque se não tivermos a consciência nacional do momento difícil que atravessamos, não sei o que poderá acontecer no dia de amanhã.

O Plano apresentado pelo Governo Collor tem duas facetas principais: uma é a parte administrativa e outra é a parte financeira. O que Sua Excelência quer na parte administrativa? Quer a redução de gastos de toda ordem. Está tentando isso, está procurando fazer, através de medidas provisórias. Aliás, essas medidas, anteriormente pelo Congresso, pelo Senado, pela Câmara dos Deputados, no Governo José Sarney, quando apresentados eram rejeitadas pelo próprio Congresso.

Será que vamos viver a mesma coisa? Será que vamos repetir esse mesmo quadro, essa mesma história? Será que toda vez que vierem medidas para se conter gastos públicos, para diminuir despesas públicas, para extinguir órgãos ineficientes, para demitir funcionários ociosos, pessoas que não trabalham, nós vamos impedir, como impedimos no Governo José Sarney? Será que vamos para a mesma senda? Não é possível. Não acredito! O Congresso tem a sua grande responsabilidade, neste momento e nesta hora, de agir e pensar com o sentido de atender ao bem público, com o sentido de atender, sobretudo, às necessidades da Nação brasileira.

Precisamos agir e trabalhar dentro de um princípio, que é o princípio do bem-estar social, princípio esse que tem que ser resguar-

dado, sempre pelas normas existentes na Constituição, porque a ela é indispensável a segurança de todos, assegura a plena existência do Congresso Nacional e do Poder Judiciário e garante a liberdade do povo brasileiro e também a estabilidade do Poder Executivo.

Portanto, o Congresso tem que pensar muito na sua linha de ação, para que não se deixe levar, nesta hora difícil que atravessamos, nesta hora de perspectivas novas, por velhos adágios, por velhas idéias, por velhos princípios que impeçam ou procurem impedir, de qualquer forma, o progresso da Nação e, sobretudo, o equilíbrio das classes sociais.

Quanto à parte financeira, o projeto visa ao quê? A diminuição da circulação da moeda, que era feita em grande quantidade e com muita velocidade. O cruzado novo não valia mais nada. Quando se davam 10 cruzados novos para um guardador de carro, ele não aceitava mais. Por que a moeda foi desvalorizada? Existia uma moeda circulando intensamente e em grande quantidade, acarretando grave desequilíbrio entre as fontes de produção e o valor da moeda. E o que acontecia? Um consumismo exagerado. Com esse consumismo exagerado, as nossas fontes de produção não tinham mais capacidade de estabelecer uma relação entre custo e preço. Este fenômeno, que aconteceu nos últimos tempos, e continua ocorrendo, e que precisa ser tolhido, porque, se não o for, marcharemos para uma grande crise social. Poucos gostam de se aprofundar nessa questão, mas é esta a realidade brasileira. Quando se procurava comprar, por exemplo, uma passagem de avião, não havia lugar, se se queria ir de férias para um lugar, não havia vaga em hotel; se se queria ir a um hotel ou a um restaurante, tinha-se que entrar na fila e esperar a vez. O que era isso? Era o excesso de dinheiro em circulação. Pergunta-se: a população estava feliz? Estava. Porém, era um pequeno grupo, que empregava todos os meios e modos de usar esse dinheiro em grande circulação. Mas a grande maioria da população estava à margem, abandonada, estiolada, e sem qualquer recurso financeiro.

Essas medidas, hoje tomadas em relação à moeda, atingem fortemente aquilo que chamamos de economia subterrânea ou economia clandestina.

Em nosso País, segundo a publicação *Conjuntura Econômica*, de 1989, cerca de 100% da nossa economia estava dominada pelos negócios clandestinos, pela economia subterrânea. Esta era a grande realidade. Essa economia clandestina, espalhada por todo o País, não favorecia o povo e não contribuía para os cofres públicos. Todas as pessoas que me ouvem se lembram do que se passava nas ruas: as feiras livres, as barracas, os vendedores ambulantes, enfim, caminhavam em todas as partes e até vendiam clandestinamente todo tipo de mercadoria, inclusive tóxicos.

Este é o resultado de uma situação caótica que o País atravessava e somente, com medi-

das fortes, seguras e verdadeiras, poderemos enfrentar todas essas dificuldades.

Essa economia clandestina não surgiu à toa. Originou-se do excesso da carga tributária. Talvez o Brasil seja o país em que mais se pagou tributos, e isso condicionava a existência dessa economia clandestina. Também a má condução dos negócios públicos e o excesso de controle do Governo tudo isso fazia com que o contribuinte fugisse e fosse cuidar da sua vida clandestinamente.

É grande o número de pessoas que, graças a Deus ou não, ganha a vida clandestinamente, vendendo produtos de beleza, camisas, sapatos, cintos, vendendo todo tipo de miudezas, sem recolher impostos aos cofres públicos. Então, os que demonstram essa capacidade têm vivido e sobrevivido nesse regime inflacionário, onde a moeda nada vale, onde o dinheiro circula em abundância e com grande facilidade.

Sempre tivemos preocupação com esse problema, não é de agora. Em 1989, por exemplo, apresentamos, projeto de lei proibindo a emissão de moeda pelo prazo de 60 dias. Já naquela época, estávamos atentos à crise. E o que acontecia? O dinheiro nunca faltava. As enormes despesas do Governo, toda sorte de despesas, porque a máquina da Casa da Moeda funcionava a toda e lançava no mercado, todos os dias, enormes quantidades de cruzados novos para atender a essas necessidades, sem procurar encontrar a fonte real desse desequilíbrio e dessa desavença que havia entre a população brasileira.

O Plano Brasil Novo surgiu de chofre, parecido, até, com um terremoto. Por quê? Porque o País estava em crise. É preciso uma posição dura para evitar que a sua "coluna vertebral" seja afetada e se façam no Plano retoques à serem aprovadas pelo Congresso Nacional. O Plano deve ser mantido em sua inteireza. O Poder Executivo não está infenso às normas que o coloquem em boas condições. Entretanto, não devemos, com filigranas jurídicas, enganar o povo, criar dificuldades à sua execução. Que se aprove o que é justo; que se aprove o Plano que vem, realmente, promover uma revolução social que pode ter influência até na América Latina, no entanto, não se queira criar dificuldades para essa ou aquela medida. Toda vez que esse Plano cometer uma transgressão constitucional, procuremos rejeitá-lo; toda vez que vier a contribuir para o desregramento e a dificuldade social, vamos procurar emendá-lo. Entretanto, quebrá-lo, influir na sua "coluna vertebral", será um erro que se cometerá e que deverá ser evitado.

Essa crise monetária que o País atravessou não apareceu, assim, da noite para o dia, ela teve, primeiro, uma fase de preparação, como um treino para que possa aparecer, e venha produzir os seus efeitos. Depois, ela entra na fase que chamamos de *crack*, ou a fase crítica, que foi o nosso caso. Por quê? — devido, fundamentalmente à crise monetária que açambarcou todo o País, com reflexos de toda a ordem, chegando-se a ler nos jornais, se ouvia no rádio e na televisão que

o cruzado já não mais era falado, e se anunciavam vendas, aluguéis e tudo o mais, até em dólares. Havia uma "dolarização" no País, em consequência da desvalorização total da moeda brasileira, da desvalorização total do cruzado novo que estava sendo substituído pela moeda norte-americana.

Se fizermos um exame imparcial e honesto, com a cabeça fria, vamos chegar à conclusão de que o nosso País estava à beira de uma grande crise social. Isso ninguém pode negar, disso ninguém pode fugir. A crise estava aí, se avolumando dia a dia, e aparecendo nos nossos jornais, nos nossos meios de comunicação. Aquela época, as tvs, as rádios e jornais reproduziam notícias negativas, o que demonstrava o estado de instabilidade, de insegurança, de incoerência em que vivíamos.

Há, na verdade, um grande número de indivíduos que adotam as leis e os costumes vigentes para servirem aos seus próprios interesses egoístas e tampouco à sociedade, mas conseguem, apesar disso, dela obter tudo o que é possível e também o que parece impossível, vivendo de rendas imerecidas. Era o que estava acontecendo; havia essa ciranda financeira e que ninguém mais queria trabalhar, o cidadão não ia mais trabalhar na produção, no comércio e na indústria, porque montava a sua pequena indústria, seu pequeno comércio, sua miniempresa, sua pequena empresa tinha que pagar tanto imposto, tanto tributo, tinha tanta dificuldade, tanto empecilho, que preferia aplicar o seu dinheirinho na poupança, ou em qualquer lugar, e ia sem nenhum trabalho, sem nenhuma produção, viver muito bem. Esta era a realidade brasileira. E, agora, estamos diante de um plano que precisa ser aprovado pelo Congresso e, que terá a responsabilidade não só da manutenção do Plano, mas também a função fiscalizadora em todas as normas, em todas as medidas que contiver.

São essas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as nossas palavras, nesta hora trepidante que o País atravessa e declaramos, afinal, que o Plano chamado "Brasil Novo" tem uma função de equilíbrio, qual seja: depois de uma queda inicial nos preços, o Governo injeta, na economia, os recursos necessários para que ela cresça sem inflação.

Isso é indispensável, é necessário que haja uma queda de preços porque o povo não pode suportar mais ir a uma drogaria comprar um remédio por vinte cruzados novos e, no dia seguinte, por 50. Não pode comprar! Não pode ir a um armazém comprar carne e tudo o que é necessário à sua subsistência por um preço que varia todos os dias. Quem pode suportar isso?

Não havia uma pessoa, que não estivesse aumentando, em dinheiro a cada dia, a sua despesa diária.

Por outro lado, havia também, na família brasileira, um percentual muito grande de pessoas que iam diminuindo semanalmente, a sua possibilidade de compra dos utensílios necessários à sua sobrevivência.

A segunda parte do Plano é que com a inflação sob controle, os salários mantêm o seu poder de compra, dando sustentação para a economia continuar a crescer em ritmo lento.

Ora, todos nós sabemos: de que adiantou essa política do salário?

O cidadão ganhava cinco mil cruzados, passava a ganhar dez e uma semana depois ele estava mais pobre do que quando ganhava cinco. Essa é uma medida enganadora.

Precisamos valorizar o salário, dar um salário real, para que o trabalhador possa ter as condições de se abastecer daquilo que precisa, do mínimo que necessita para a sua subsistência e para os fatos que o circunscrevem.

O programa de desestatização e de corte de despesas federais é levado a ferro e fogo, eliminamos o déficit público. Isso acaba com outro foco de inflação.

Esse é outro item importante do Plano. Todos, no Congresso, e o público brasileiro, reclamavam quanto à existência de órgãos públicos que não produziam, que não tinham condições de sobrevivência e, agora, quando se procura, como já procurou anteriormente atender a esse reclamo, o Congresso não aceitou e rejeitou a providência. Espero que o fato não se repita, que o Congresso esteja cioso de suas responsabilidades e veja, examine, cada caso per si, e não crie entraves para que o Brasil possa entrar numa nova era.

Sr. Presidente, quero deixar expressa a minha palavra e a minha confiança de que o Senhor Presidente da República tudo fará para levar a bom termo o Plano audacioso que lançou, mas que, também, o Congresso sabará, com independência, com criatividade, dar os retoques necessários para que se torne a vida equilibrada, não só entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, como também com a família brasileira. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE Nº 32, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 002.854/90-2,

Resolve tornar sem efeito o Ato nº 156, de 1989, que autorizou a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Senhor José Luciano Ferreira, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento de cargo DAS-3, a partir de 9 de março de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Olavo Pires.

Senado Federal, 28 de março de 1990. — Senador Nelson Carneiro — Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 33, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de

competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 130, de 14 de novembro de 1980, e o que consta do processo nº 001.835/90-4,

Resolve autorizar José Pedro da Silva Viana, contratado, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao símbolo DAS-3, do Gabinete do senador Maurício Corrêa, a ter lotação e exercício na Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1990.

Senado Federal 28 de março de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 34, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 130, de 14 de novembro de 1980, e o que consta do processo nº 001.835/90-4,

Resolve autorizar Assu Guimarães, contratado, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao símbolo DAS-3, do Gabinete da Liderança do PDT, a ter lotação e exercício no Gabinete do Senador Maurício Corrêa, a partir de 1º de março de 1990.

Senado Federal, 28 de março de 1990. Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 35, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 130, de 14 de novembro de 1980, e o que consta do Processo nº 002.566/90-7,

Resolve autorizar João Negromonte Filho, contratado, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao símbolo DAS-3, do Gabinete da Liderança do PMB, a ter lotação e exercício na Liderança do PRN, a partir de 14 de março de 1990.

Senado Federal, em 28 de março de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 36, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 57 do Regulamento do Prodasen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal e suas alterações posteriores, resolve:

Nomear o servidor William Servio Mendonça Dupin, Diretor Executivo do Prodasen para exercer, sem prejuízo de suas funções e vedada a acumulação de remuneração, o Emprego em Comissão, Código SF-DAS-101.4, de Diretor da Coordenação de Informática do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — Prodasen.

Senado Federal, 28 de março de 1990 — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

PORTARIA Nº 3, DE 1990

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve:

Designar Dario Abranches Vioffi, Assessor Legislativo, José Augusto Arcoverde de Melo, Analista Legislativo, e José Marcos de Freitas, Analista Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 011944/89-7.

Senado Federal, em 27 de março de 1990. — Senador Mendes Canale, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 5, DE 1990

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 283 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 574, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento, resolve:

Designar Antonio Carlos Simões, Assessor Legislativo, Antonio Carlos Ferro Costa, Analista Legislativo, e Juliano Lauro da Escóssia Nogueira, Analista Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 002025/90-6.

Senado Federal, em 30 de março de 1990. — José Passos Porto, Diretor-Geral.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL 25ª Reunião (extraordinária), realizada em 27, 28 e 29 de novembro de 1989

Às dezessete horas do dia vinte e sete de setembro de mil novecentos e oitenta e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Francisco Rollemberg, Pompeu de Sousa, Meira Filho, Odacir Soares, Maurício Corrêa, Leopoldo Peres, Ronan Tito, Mauro Borges, Aureo Mello, Wilson Martins, Edison Lobão e Lourival Baptista, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Abre a sessão o Senhor Presidente dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada, passando em seguida para o item I da pauta, relativo ao Projeto de Lei do Senado Federal, nº 314 de 1989, que "estima a receita e fixa a despesa do Estado do Amapá para o exercício financeiro de 1990". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Meira

Filho que profere seu parecer favorável ao Projeto por constitucional e jurídico, com as Emendas de nº 1 a 4 do Relator. Após discussão, o Projeto é aprovado por unanimidade. Prosseguindo é examinado o item 2, referente ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 315, de 1989, que "estima a receita e fixa a despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1990". O Relator, Senador Olavo Pires, relata seu parecer favorável ao Projeto por constitucional e jurídico, com as Emendas nº 1, 2 e 3 do Relator. Após discussão, o Projeto é discutido, votado e aprovado por unanimidade. Dando continuidade, examina-se o item 3, relativo ao Projeto de Lei do Distrito Federal, nº 57, de 1989, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1990". O Senhor Presidente informa que o orçamento foi dividido por órgãos e partes e passa a examinar os seguintes subitens: 3.1 — Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social. Relator Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado por unanimidade. 3.2 — Secretaria de Planejamento. Relator Senador Maurício Corrêa. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado por unanimidade. 3.2 — Secretaria de Administração. Relator Senador Maurício Corrêa. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. 3.4 — Secretaria de Fazenda e Reserva de Contingência. Relator Senador Lourival Baptista. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico e contrário às emendas apresentadas. Conclusão: aprovado por unanimidade. Relator Senador Pompeu de Sousa. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. 3.6 — Secretaria de Cultura e Esporte. Relator Senador Áureo Mello. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico, com a Emenda nº 1 do Relator. Conclusão: aprovado. 3.7 — Secretaria de Saúde. Relator Senador Francisco Rollemberg. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. 3.8 — Secretaria de Desenvolvimento Social. Relator Senador Leopoldo Peres. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico, com a emenda apresentada pelo Senador Mauro Benevides. Conclusão: aprovado por unanimidade. 3.9 — Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Relator Senador Maurício Corrêa. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado por unanimidade. 3.10 — Secretaria de Transportes. Relator Senador Ronaldo Aragão. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico e contrário às emendas apresentadas. Conclusão: aprovado. 3.11 — Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Relator Senador João Lobo. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. 3.12 — Secretaria de Trabalho. Relator Senador Márcio Lacerda. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. 3.13

— Secretaria de Agricultura e Produção. Relator Senador Meira Filho. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. 3.14 Secretaria de Segurança Pública. Relator Senador Leopoldo Peres. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico, com aprovação parcial das Emendas nºs 9, 10, 11, 12, e 13. Conclusão: aprovado. 3.15 Tribunal de Contas do DF. Relator Senador Aluizio Bezerra. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. 3.16 Receita e Texto da Lei. Relator Senador Mauro Borges. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico, com as Emendas nº 1 e 2 e a do Relator I-R. Conclusão: aprovado. 3.17 — Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia — Sematec. Relator Senador Ronan Tito. Parecer: Favorável ao Projeto por constitucional e jurídico. Conclusão: aprovado. Finalizando o Senhor Senador Mauro Benevides apresenta o Relatório-Geral com parecer favorável ao Projeto por constitucional e jurídico com as Emendas de nº 1, 2, 6, 9, 10, 11, 12 e 13, as de nºs 1 a 5 do Relator, e contrário às demais apresentadas. Colocado em discussão e votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente encerra a sessão. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, lavro a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

26ª Reunião (extraordinária), realizada em 28 de novembro de 1989

Às dezessete horas do dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Francisco Rollemberg, Wilson Martins, Edison Lobão, Pompeu de Sousa, Olavo Pires, Irapuan Costa Júnior, Meira Filho, Márcio Lacerda, Maurício Corrêa, Ronan Tito, Leopoldo Peres e João Menezes. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Áureo Mello, Aluizio Bezerra, Ronaldo Aragão, Odacir Soares, João Lobo, Lourival Baptista, José Paulo Bisol, Chagas Rodrigues, Mauro Borges, Carlos De'Carli, João Castelo e Ney Maranhão. Abrindo a sessão o Senhor Presidente dispensa a leitura da Ata anterior que é dada como aprovada e passa a apreciar a Mensagem nº 135, de 1989-DF, do "Senhor Governador do Distrito Federal, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. Ronaldo Costa Couto, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Geraldo de Oliveira Ferraz". O Senador Ronan Tito sugere que em vez de sabatina, esta reunião seja transformada em uma reunião de confraternização, tendo em vista, todos os Senadores estarem cientes da conduta idônea e da competência do Ministro Ronaldo Costa Couto. O Senhor Presidente, Mauro Benevides, informa que de acordo com a Constituição e a Resolução

157/88, não se poderia deixar de instalar esta reunião, bem como realizar a votação. Os Senadores Irapuan Costa Júnior, Leopoldo Peres, Meira Filho, João Menezes, Pompeu de Sousa, Edison Lobão, Maurício Corrêa e Olavo Pires, tecem elogios à indicação do Ministro Ronaldo Costa Couto. O Senador Leopoldo Peres profere seu parecer favorável à indicação e o Senhor Presidente informa que a partir deste momento a reunião será secreta para a realização da votação. Após alguns instantes a reunião volta a ser pública e o Senhor Presidente informa ao Ministro Ronaldo Costa Couto que foi aprovada a sua indicação e congratula-se com o indicado e encerra a sessão. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Guilherme Fonseca, lavro a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

27ª Reunião, realizada em 5 de dezembro de 1989

Às dez horas do dia cinco de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Meira Filho, Maurício Corrêa, Mauro Borges, Aluizio Bezerra e Francisco Rollemberg, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. O Senhor Presidente dispensa a leitura da Ata anterior que é dada como aprovada e convida o Senador Meira Filho para ser o Relator do item 1, relativo a "Audiência Pública, para que sejam ouvidos, a Secretária de Educação do Distrito Federal, Josephina Deusodet Baiocchi e o Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal, Senhor Gildo Willadino, referente a fatos havidos em torno da paralisação das atividades das escolas particulares do DF, no período de 13 a 19 de outubro, conforme requerimento do Senador Maurício Corrêa, aprovado por esta Comissão". O Senhor Presidente convida a Professora Josephina Baiocchi para tomar assento à mesa. A Senhora Secretária inicia seu depoimento, tecendo considerações relativas às mensaisidades escolares, citando a legislação pertinente ao assunto e às medidas tomadas pelo Conselho de Educação do DF e pelo GDF. Faz questão de afirmar que não houve omissão do Governo do Distrito Federal e sim uma vigília permanente e um diálogo onde nunca se transigiu. O Senhor Presidente dá início a fase de arquições. Após perguntas feitas pelos Senadores Mauro Benevides, Meira Filho e Maurício Corrêa, o requisitante (Senador Maurício Corrêa), se dá por satisfeito dispensando o depoimento do Sr. Gildo Willadino. O Presidente agradece a presença da Secretária e passa ao segundo item da pauta que trata da "Audiência Pública, relativa a cessão da Granja Modelo de Produção GMP — 3 — Granja do Torto", onde serão ouvidos vários depoentes". O Presidente convida o Senador Meira Filho para servir novamente de Relator. Após os esclarecimentos prestados pelos convidados: Dr. Marlênio José Ferreira Oliveira, Secretário de Agricultura e Produção do DF; Dr. Ariston

Rocha Drumond Albuquerque, Diretor-Executivo da Fundação Zoobotânica do DF; Dr. Stênio da Silva Rios, Procurador-Chefe da Procuradoria Jurídica da FZDF; Sr. Wayne do Carmo Faria, Presidente da Associação dos Criadores do Planalto; e arguições feitas pelos Senadores Mauro Benevides, Maurício Corrêa, Meira Filho e Mauro Borges, o Senhor Presidente adia a audiência do Sr. João Pereira, Presidente da Associação Profissional dos Empregados de Assessoramentos, Perícias, Informações e Pesquisas do DF — Asseapp, e encerra a sessão. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Guilherme Fonseca, lavro a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

1ª Reunião (extraordinária), realizada em 7 de março de 1990

Às dez horas do dia sete de março de mil novecentos e noventa, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Pompeu de Souza, Meira Filho, Lourival Baptista, Francisco Rollemberg, Maurício Corrêa, João Menezes, Leopoldo Peres, João Lobo, Irapuan Costa Júnior, Ronaldo Aragão, Márcio Lacerda e Wilson Martins, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Áureo Mello, Aluizio Bezerra, Odacir Soares, Edison Lobão, José Paulo Bisol, Chagas Rodrigues, Mauro Borges, Carlos de'Carli, João Castelo e Ney Maranhão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida passa-se a apreciação da pauta: Item 1 — Requerimento do Senador Maurício Corrêa, solicitando a criação de uma Subcomissão, destinada a apreciar o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 53, de 1989, que “dispõe sobre o Código de Posturas do Distrito Federal”. Colocado em discussão e votação, é o requerimento aprovado, sendo indicados os Senhores Senadores Maurício Corrêa, Pompeu de Souza e Meira Filho para fazerem da referida Subcomissão. Item 2 — Solicitação do Centro de Ensino nº 1 do Guar

Grêmio Estudantil 20 de março, para que seja estudada a possibilidade de incluir a Educação do Distrito Federal, como um setor de serviços essenciais, e a inclusão no currículo escolar da Rede Oficial, a nível de 1º e 2º graus, mais uma matéria denominada digitação. A Presidência designa o Senhor Senador Pompeu de Souza para emitir parecer sobre a matéria. Os Itens 3 a 10, ficam adiados pela ausência dos respectivos relatores. Item 11 — Projeto de Lei do Distrito Federal nº 1, de 1990, que “dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências”. O Relator, Senhor Senador Meira Filho, apresenta parecer favorável ao projeto, por constitucional e jurídico, e à Emenda nº 1, do Senhor Senador Maurício Corrêa, com a Emenda de Relator. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário de Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª Reunião, realizada em 20 de março de 1990

Às onze horas do dia vinte de março de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Pompeu de Souza, Chagas Rodrigues, Lourival Baptista, João Menezes, Edison Lobão, Meira Filho, Maurício Corrêa, Mauro Borges, Wilson Martins e Francisco Rollemberg, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Áureo Mello, Márcio Lacerda, Aluizio Bezerra, Irapuan Costa Júnior, Leopoldo Peres, Ronaldo Aragão, Odacir Soares, João Lobo, José Paulo Bisol, Carlos de'Carli, João Castelo e Ney Maranhão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente passa a apreciação do item 1 da pauta, conce-

dendo a palavra ao Senador Maurício Corrêa, que apresenta parecer favorável, por constitucional e jurídico, ao Projeto de Lei do Distrito Federal nº 5, de 1990, que “cria as Escolas Classes e o Centro de Ensino que, menciona na Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências”. Colocado em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade. Usando da palavra para relatar o item 2, o Senador Irapuan Costa Júnior apresenta parecer favorável, por constitucional e jurídico, ao Projeto de Lei do Distrito Federal nº 7, de 1990, que “dispõe sobre transposição de servidores para a Carreira de que trata a Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989”. Após a discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mauro Borges, para que relate o item 4, Projeto de Lei do Distrito Federal nº 65, de 1989, que “dispõe sobre a utilização de cursos d'água na área do Distrito Federal por empresas industriais e agroindustriais”. Colocado em discussão e votação o parecer favorável ao projeto por constitucional e jurídico, é o mesmo aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente concede vista do item 5 — Projeto de Lei do Distrito Federal nº 75/89, que “veda construções em Brasília, nos locais e nas condições que menciona”, ao Senhor Senador Edison Lobão; do item 6 — Anteprojeto de Lei do Distrito Federal, que “dispõe, em caráter permanente, sobre a utilização de viaturas oficiais de passeio na Administração do Distrito Federal” e do item 7 — Mensagem nº 31, de 1989-DF, “do Senhor Governador do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal, os Balanços da Administração Direta e o Balanço Consolidado do Distrito Federal, documentos que integram as contas anuais do Governo do Distrito Federal, correspondentes ao exercício de 1988” ao Senhor Senador Maurício Corrêa. Os itens 3, 8, 9 e 10, ficam adiados para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.